

MARINHA DO BRASIL

ESCOLA DE GUERRA NAVAL



CURSO DE POLÍTICA E ESTRATÉGIA MARÍTIMAS

C-PEM

CURRÍCULO 2023

ÍNDICE

Página

SINOPSE GERAL DO CURSO	4
1) PROPÓSITO GERAL DO CURSO.....	4
2) DIRETRIZES GERAIS.....	4
2.1) QUANTO À ESTRUTURAÇÃO DO CURSO.....	4
2.2) QUANTO ÀS TÉCNICAS DE ENSINO.....	7
2.3) QUANTO À FREQUÊNCIA ÀS AULAS.....	7
2.4) QUANTO À AFERIÇÃO DO APROVEITAMENTO ESCOLAR E HABILITAÇÃO DO ALUNO.....	7
2.5) QUANTO ÀS ATIVIDADES EXTRACLASSE.....	8
3) DISCIPLINAS E CARGAS HORÁRIAS	8
4) ATIVIDADES EXTRACLASSE	10
5) DISCIPLINAS E CARGAS HORÁRIAS DO CURSO SUPERIOR DE DEFESA	11
6) CARGA HORÁRIA TOTAL.....	12
7) TRABALHOS A REALIZAR	12
8) APROVAÇÃO DO CURSO	13
TABELA DE CORRELAÇÃO DAS DISCIPLINAS COM AS ÁREAS DE CONHECIMENTO SOB A RESPONSABILIDADE DA EGN - ÁREA DE ESTUDO II (GESTÃO E LOGÍSTICA)	14
II-P-1 ORÇAMENTO E CONTROLE III	15
II-P-2 LOGÍSTICA DE DEFESA	17
II-P-3 PROCESSO DE TOMADA DE DECISÃO	20
II-P-4 COMUNICAÇÃO SOCIAL ESTRATÉGICA	22
II-P-5 ECONOMIA MARÍTIMA DE DEFESA	23
II-P-6 ECONOMIA DO MAR E GOVERNANÇA DOS OCEANOS	26
TABELA DE CORRELAÇÃO DAS DISCIPLINAS COM AS ÁREAS DE CONHECIMENTO SOB A RESPONSABILIDADE DA EGN - ÁREA DE ESTUDO III (POLÍTICA E ESTRATÉGIA)	28
III-P-1 POLÍTICA MARÍTIMA	29
III-P-2 ESTRATÉGIA MARÍTIMA	32
III-P-3 RELAÇÕES INTERNACIONAIS	37
III-P-4 GEOPOLÍTICA E OCEANOPOLÍTICA	42
III-P-5 DIREITO INTERNACIONAL	45

OSTENSIVO

C-PEM 2023

III-P-6	TESE	51
III-P-7	PENSAMENTO CRÍTICO	53
III-P-8	INTELIGÊNCIA ESTRATÉGICA E OPERAÇÕES DE INFORMAÇÃO	55
III-P-9	ENSAIO	57
TABELA DE CORRELAÇÃO DAS DISCIPLINAS COM AS ÁREAS DE CONHECIMENTO SOB A		
RESPONSABILIDADE DA EGN - CENTRO DE JOGOS DE GUERRA		
JC-P-1	JOGO DE CRISE	60

**MARINHA DO BRASIL
ESTADO-MAIOR DA ARMADA**

OM: ESCOLA DE GUERRA NAVAL (EGN)
CURSO: CURSO DE POLÍTICA E ESTRATÉGIA MARÍTIMAS
SIGLA: C-PEM

ANO: 2023

SINOPSE GERAL DO CURSO

DURAÇÃO: 45 SEMANAS

CARGA HORÁRIA TOTAL: 1792 HORAS

1) PROPÓSITO DO CURSO

Complementar a qualificação dos oficiais do Corpo da Armada (CA), Corpo de Fuzileiros Navais (CFN), Corpo de Intendentes da Marinha (CIM), Corpo de Engenheiros Navais (EN), Quadro de Médicos da Marinha (Md), visando ao exercício dos cargos da Alta Administração Naval. À critério da Administração Naval poderão ser convidados Servidores Civis de Nível Superior da Marinha (SCNS) da Marinha do Brasil (MB), Civis brasileiros extra-MB representantes de instituições públicas, com nível superior, oficiais das demais Forças Armadas brasileiras e oficiais da Marinha Mercante.

2) DIRETRIZES GERAIS DO CURSO

2.1 - QUANTO À ESTRUTURAÇÃO DO CURSO

a) O Curso de Política e Estratégia Marítimas (C-PEM) é realizado com frequência obrigatória, em regime de tempo integral, sendo realizado de janeiro a dezembro.

b) O C-PEM é permeado pela realização de Processo de Tomada de Decisão (PTD) de temas determinados pelo Comandante da Marinha e pela aplicação da Sistemática de Planejamento de Alto Nível da Marinha, que visa a capacitar os Oficiais-Alunos (OA) a analisar, com propriedade, os arranjos de forças atuais e as necessidades futuras da Marinha, em consonância com o Plano Estratégico da Marinha (PEM), para o atendimento da Estratégia Nacional de Defesa (END). Dessa forma, ao longo do curso, os OA analisam a conjuntura, o conceito estratégico naval decorrente e as capacidades que a Marinha deve possuir para o atendimento dos Objetivos Navais de Defesa. c) Serão estimuladas a criatividade, a discussão e a reflexão críticas das políticas e doutrinas em vigor, de qualquer natureza, a fim de possibilitar a identificação de possíveis adaptações ao pensamento naval. Desse modo, deseja-se buscar contribuições de subsídios para eventuais alterações, a serem submetidas pela EGN ao Estado-Maior da Armada (EMA).

d) O C-PEM não é um curso doutrinário. Os temas abordados não comportam interpretações rígidas ou soluções incontestes. A liberdade de pensamento e de expressão não será coibida pela existência de uma doutrina já firmada.

e) O C-PEM confere aos concludentes o diploma de Doutor em Ciências Navais, conforme o Decreto nº 6.883, de 25 de junho de 2009, que regulamenta a Lei nº 11.279, de 9 de fevereiro de 2006, que dispõe sobre o ensino na Marinha.

f) Para o atendimento das diretrizes, o conjunto de disciplinas ministradas pela EGN está estruturado em três grandes blocos:

I) No primeiro bloco, após a revisão de uma base conceitual e fundamentos teóricos de assuntos ligados às disciplinas afetas às Áreas de Estudo (AE) II - Gestão e Logística - e AE-III - Política e Estratégia - são apresentados aos OA os elementos necessários a uma análise de conflitos com o propósito de estimular a formulação de juízos de valor e extrair lições de conflitos e sua aplicabilidade à MB. São, ainda, realizadas Visitas de Estudos (VE) relacionadas aos propósitos acadêmicos das AE.

Durante esse primeiro bloco, será elaborado um trabalho individual baseado em método de investigação científica, visando a demonstrar a capacidade de análise e síntese dos OA como resultado de pesquisas e a formação de um conjunto de idéias próprias. Essa atividade é identificada como Tese sobre Tema de Interesse da Marinha do Brasil (MB), atendendo às exigências acadêmicas da EGN.

II) No segundo bloco, o curso tem por enfoque as políticas de interesse da MB, com o exame de temas atuais e de grande interesse da Alta Administração Naval, conforme diretriz do Comandante da Marinha, denominado Processo de Tomada de Decisão. Tais trabalhos, realizados em grupos, serão apresentados ao Comandante da Marinha e ao Almirantado, ao final do ano acadêmico.

III) No terceiro bloco, são apresentados aos OA elementos das conjunturas nacional e internacional necessários à formulação de um Planejamento Estratégico. Analisando tais conjunturas, os OA identificarão as tendências futuras e seus possíveis pontos de ruptura, de modo a propiciar a elaboração de cenários prospectivos, os quais servirão de ferramenta para a formulação de um Conceito Estratégico Naval, suas decorrentes capacidades e o conseqüente Planejamento de Força. No contexto desse trabalho, será realizado um jogo de manobra de crise, com o propósito de permitir que os OA exercitem o emprego político do Poder Naval, verificando sua interdependência com as demais expressões do Poder Nacional e a sua adequabilidade.

g) Os assuntos ministrados no C-PEM acham-se distribuídos por AE, conforme apresentado neste currículo. Cada AE engloba um conjunto de disciplinas e atividades correlatas. Certas atividades exigirão a participação conjunta de instrutores de duas ou mais AE. Nesses casos, a AE responsável pelas providências de coordenação será aquela à qual pertença a disciplina.

h) No C-PEM também está inserido o Curso Superior de Defesa (CSD). Esse curso é resultado de estudos realizados no âmbito do Ministério da Defesa (MD), sob a coordenação da Escola Superior de Guerra (ESG), de forma integrada, com a participação das Escolas de Altos Estudos (ESG, EGN e ECEME). Tem como principal característica constituir-se em um espaço de interação dos Cursos de Altos Estudos, conforme preconizado na END.

O CSD destina-se a preparar civis e militares das Forças Armadas e das Forças Auxiliares para o exercício de funções de assessoramento de alto nível que envolvam assuntos de defesa, tanto no âmbito do MD, como dos demais órgãos governamentais de interesse da Defesa Nacional. Tem como premissa a promoção da interação entre os integrantes dos Cursos de Altos Estudos realizados pelas Forças Armadas e pela Escola Superior de Guerra (ESG), sendo desenvolvido concomitantemente com os Cursos de Altos Estudos - CAEPE, C-PEM e CPEAEx, abrangendo assuntos comuns inseridos nas áreas de conhecimento de Política, Defesa e Relações Internacionais.

i) O C-PEM terá 8 (oito) tempos de aula (horas) por dia, conforme discriminado abaixo:

CURSOS	TEMPO DE ATIVIDADE	TEMPO-AULA	HORÁRIO
CPEM	1° (MANHÃ)	1°	8h às 8h45
		2°	9h às 9h45
		3°	10h às 10h45
		4°	11h às 11h45
	2° (TARDE)	5°	13h às 13h40
		6°	13h50 às 14h30
		7°	14h40 às 15h20
		8°	15h30 às 16h10

Quando necessário e desde que não haja interferência com outras atividades programadas, os instrutores, conferencistas e dirigentes dos grupos de trabalho poderão modificar o regime de duração das atividades, adaptando-o de maneira a alcançar o melhor rendimento do ensino. Os tempos de reserva serão utilizados a critério do Diretor da EGN, ouvido o SE e o Encarregado do C-PEM, para atividades extracurriculares, reajustamentos de programação ou para outros eventos julgados de interesse para o curso.

j) Serão emitidas instruções específicas sobre o curso abordando, dentre outros, os seguintes aspectos:

- documentos básicos do ensino na EGN;
- técnicas de ensino;
- trabalhos curriculares;
- quadro semanal de trabalho;
- normas gerais de procedimentos;
- avaliação dos OA;
- aproveitamento escolar; e
- calendário básico para 2022.

k) Serão programadas as seguintes VE curriculares às diferentes regiões do País e exterior:

CURSO	VE	DURAÇÃO	OBSERVAÇÕES
C-PEM	1ª VE	Uma (1) semana	Área de São Paulo
	2ª VE	Uma (1) semana	Europa
CSD	1ª VE	Uma (1) semana	ASD

OSTENSIVO

2.2 - QUANTO ÀS TÉCNICAS DE ENSINO

De modo a incentivar, ao máximo, a participação dos alunos nas atividades escolares, visando ao alcance dos objetivos de aprendizagem, constantes nas diferentes disciplinas, o ensino será desenvolvido por meio das seguintes técnicas de ensino, em eventos presenciais ou *online*:

- 1) Aula Expositiva (AE);
- 2) Debate Orientado (DO);
- 3) Estudo de Caso (EC);
- 4) Exercício demonstrativo (ED);
- 5) Exposição oral (Exp);
- 6) Jogo (J);
- 7) Painel (Pn);
- 8) Palestra (Pa);
- 9) Preleção (P);
- 10) Trabalho em Grupo (TG);
- 11) Trabalho Individual (TI); e
- 12) Visitas de Estudo (VE).

A lista de técnicas de ensino apresentada acima não esgota todas as possibilidades. O professor/instrutor poderá optar por outras técnicas, desde que sejam exequíveis no âmbito da EGN e que sejam aprovadas pela Direção da Escola.

2.3 - QUANTO À FREQUÊNCIA ÀS AULAS

- a) A frequência às aulas e demais atividades programadas é obrigatória.
- b) Quaisquer que sejam os motivos apresentados, um quantitativo de faltas superior a 10% do total de aulas, atividades escolares e trabalhos do curso como um todo, acarretará no cancelamento da matrícula do aluno *ex-officio* (alínea a do subitem 3.8.2 do EMA-432 (5ª Revisão)).
- c) Quaisquer que sejam os motivos apresentados, o OA que faltar a mais de cinquenta por cento dos tempos alocados a qualquer trabalho curricular realizado em grupo receberá avaliação INACEITÁVEL (I).

2.4 - QUANTO À AFERIÇÃO DO APROVEITAMENTO E HABILITAÇÃO DO ALUNO

- a) O item 4.6 do EMA-432 (5ª Rev.) estabelece o seguinte:

4.6.1- Habilitação

Serão considerados habilitados no C-PEM os OA que obtiverem avaliação aceitável em, no mínimo, setenta por cento (70%) dos trabalhos curriculares realizados durante o curso.

4.6.2- Inabilitação

Os OA reprovados duas vezes no mesmo trabalho, ou em mais de um trabalho, serão considerados inabilitados no curso.

A reprovação em qualquer trabalho acarretará a realização de uma avaliação de repetição, que se constituirá de um trabalho individual, a ser determinado pelo instrutor da disciplina, no qual o OA deverá obter avaliação “aceitável”.

4.6.3- Classificação

Não haverá classificação no C-PEM, podendo haver menções de “distinção” ou “muito bom”,

OSTENSIVO

C-PEM 2023

caso sejam satisfeitas determinadas condições curriculares definidas por instruções específicas da EGN.

2.5 - QUANTO ÀS ATIVIDADES EXTRACLASSE

Em complementação ao estudo das diferentes disciplinas, estão previstas no currículo atividades extraclasse como, por exemplo, Visitas de Estudo não curriculares e Palestras com a finalidade de enriquecimento do Curso.

3) DISCIPLINAS E CARGAS HORÁRIAS

AE	DISCIPLINAS		CARGAS HORÁRIAS (HORAS)
	CÓDIGO	NOME	
II	II-P-1	ORÇAMENTO E CONTROLE III - Sistema de Administração Orçamentária Federal e o Plano Diretor; e - Sistema de controle.	12
	II-P-2	LOGÍSTICA DE DEFESA - A Base Industrial de Defesa; e - Mobilização marítima.	56
	II-P-3	PROCESSO DE TOMADA DE DECISÃO - Problema e abordagem; - Pesquisa e coleta de dados; - Análise; - Avaliação das soluções; e - Preparação para a apresentação ao Almirantado.	190
	II-P-4	COMUNICAÇÃO SOCIAL ESTRATÉGICA - Comunicação Social na MB; e - Oportunidades e ameaças do ambiente informacional.	4
	II-P-5	ECONOMIA MARÍTIMA DE DEFESA - Principais desafios da economia brasileira; - Economia da Defesa e da Segurança; e - Aquisições de Defesa.	20
	II-P-6	ECONOMIA DO MAR E GOVERNANÇA DOS OCEANOS - Conceitos básicos; e - Setores e atividades da Economia do Mar.	8
Total da Área de Estudo II			290

OSTENSIVO

AE	DISCIPLINAS		CARGAS HORÁRIAS (HORAS)
	CÓDIGO	NOME	
III	III-P-1	POLÍTICA MARÍTIMA - Política Marítima Nacional; e - Poder Naval.	56
	III-P-2	ESTRATÉGIA MARÍTIMA - Planejamento Estratégico; - Planejamento de Força; - Cenários Prospectivos; - Guerra Híbrida; e - Estratégia Marítima Consolidada.	204
	III-P-3	RELAÇÕES INTERNACIONAIS - Teoria de relações internacionais; - A emergência da nova ordem mundial; - A ordem mundial contemporânea: casos e dilemas; - As bases da política externa brasileira; - Estratégias de inserção internacional brasileira no séc. XXI: casos e estudos; - Cenário mundial contemporâneo; e - Visita de estudos ao exterior.	56
	III-P-4	GEOPOLÍTICA E OCEANOPOLÍTICA - Concepções Geopolíticas; - Oceanopolítica; e - Seminário de geopolítica do petróleo.	44
	III-P-5	DIREITO INTERNACIONAL - Fundamentos dos direitos humanos; - Extensão dos direitos humanos; - Eficácia dos direitos humanos; - Sistema dos direitos humanos; - Direito internacional humanitário; - Direitos humanos nos conflitos armados; e - Direito do mar.	40
	III-P-6	TESE - Metodologia; - Pesquisa bibliográfica e redação; e - Apresentação de tese.	426
	III-P-7	PENSAMENTO CRÍTICO - Introdução ao Pensamento Crítico; e - Pensando Criticamente.	12

AE	DISCIPLINAS		CARGAS HORÁRIAS (HORAS)
	CÓDIGO	NOME	
III	III-P-8	INTELIGÊNCIA ESTRATÉGICA E OPERAÇÕES DE INFORMAÇÃO - A Inteligência Estratégica no planejamento de longo prazo; - Palestra do Diretor do CIM sobre a Conjuntura Nacional e Internacional; e - Conceitos de Operações de Informação aplicados ao Nível Estratégico.	12
	III-P-9	ENSAIO - O esquema geral do conhecimento; - A estruturação do pensamento; - O parágrafo; - O texto; e - Produção.	52
	Total da Área de Estudo III		902
CJG	JC-P-1	JOGO DE CRISE	24
	Total do CJG		24
ATIVIDADES ACADÊMICAS (TOTAL 1)			1216

4) ATIVIDADES EXTRACLASSE

ATIVIDADE	CARGAS HORÁRIAS (HORAS)
Período inicial	24
Tempo do Diretor	68
Teste de Aptidão Física (TAF)	8
Seminários do CEPE	24
VE EBN - Itaguaí / UFEM	8
Encerramento do Curso	24
ATIVIDADES EXTRACLASSE (TOTAL 2)	156

5) DISCIPLINAS E CARGAS HORÁRIAS DO CURSO SUPERIOR DE DEFESA (CSD)

Disciplina	Unidade de Estudo	Carga Horária (HORAS)
1 - Política e Defesa	1.1 - Política Nacional de Defesa	4
	1.2 - Políticas de Defesa (MD, Forças Armadas)	20
	1.3 - Políticas de Segurança (Social, Econômica e Ambiental)	32
	1.4 - Orçamento Público: União e Defesa	4
	1.5 - Programas e Projetos Especiais: Nuclear, Cibernético e Espacial	4
	1.6 - Sistemática de Planejamento Estratégico Militar (SPEM)	4
	1.7 - Áreas de Interesse Estratégico: SISFRON, SISGAAz e SISDABRA	4
Carga Horária da Disciplina		72
2 - Geoestratégia	2.1 - Cenário de Segurança/Defesa e Grande Estratégia	32
	2.2 - Possibilidades de Atuação	32
	2.3 - Estratégia Nacional de Segurança/Defesa	32
Carga Horária da Disciplina		96
3 - Planejamento de Força	3.1 - Concepção de Emprego Conjunto	16
	3.2 - Plano Exequível de Desenvolvimento de Capacidades	16
Carga Horária da Disciplina		32
4 - Complemento	4.1 - Viagem de Estudos	40
	4.2 - Cerimônia de Encerramento	4
CSD (TOTAL 3)		244

OSTENSIVO

6) CARGA HORÁRIA TOTAL

TIPO DE ATIVIDADE	ÍNDICE	CARGA HORÁRIA (HORAS)
ATIVIDADES ACADÊMICAS	TOTAL 1	1216
ATIVIDADES EXTRACLASSE	TOTAL 2	156
CSD	TOTAL 3	244
FERIADOS (12 dias) E LICENÇAS ADMINISTRATIVAS (10 dias)	TOTAL 4	176
CARGA HORÁRIA TOTAL DO C-PEM (TOTAL 1 + TOTAL 2 + TOTAL 3+TOTAL 4)		1792

7) TRABALHOS A REALIZAR

AE	DISCIPLINA	TRABALHOS		TÉCNICA
II	II-P-3	II-P-3-T1	Exame de tema atual e de grande interesse da Alta Administração Naval	TG
III	III-P-2	III-P-2-T1	Cenários Prospectivos (não avaliado)	TG
		III-P-2-T2	Planejamento de Força	TG
	III-P-4	III-P-4-T1	Análise Geopolítica dos Oceanos e seus entornos (não avaliado)	TG
	III-P-6	III-P-6-T1	Projeto de Pesquisa (não avaliado)	TI
		III-P-6-T2	Tese	TI
		III-P-6-T3	Apresentação Oral da Tese	TI
III-P-9	III-P-9-T1	Ensaio	TI	
CJG	JC-P-1	JC-P-1-T1	Jogo de Crise (não avaliado)	TG
Total de Trabalhos:				9

OSTENSIVO

8) APROVAÇÃO DO CURSO

	CARGA HORÁRIA
CARGA HORÁRIA REAL	1216 HORAS
ATIVIDADES EXTRACLASSE	156 HORAS
CURSO SUPERIOR DE DEFESA	244 HORAS
FERIADOS E LICENÇAS ADMINISTRATIVAS	176 HORAS
CARGA HORÁRIA TOTAL	1792 HORAS

A P R O V O

Em ____ de _____ de 2022.

RENATO RODRIGUES DE AGUIAR FREIRE

Almirante de Esquadra

Chefe do Estado-Maior da Armada

**SUMÁRIOS DAS DISCIPLINAS****ÁREA DE ESTUDO II
(GESTÃO E LOGÍSTICA)****TABELA DE CORRELAÇÃO DAS DISCIPLINAS COM AS ÁREAS DE
CONHECIMENTO SOB A RESPONSABILIDADE DA EGN**

ÁREA DE CONHECIMENTO	CÓDIGO DA DISCIPLINA	NOME DA DISCIPLINA
GESTÃO ESTRATÉGICA	II-P-1	ORÇAMENTO E CONTROLE III
LOGÍSTICA MILITAR NAVAL	II-P-2	LOGÍSTICA DE DEFESA
PROCESSO DE TOMADA DE DECISÃO	II-P-3	PROCESSO DE TOMADA DE DECISÃO
GESTÃO ESTRATÉGICA	II-P-4	COMUNICAÇÃO SOCIAL ESTRATÉGICA
ECONOMIA E INDÚSTRIA DE DEFESA	II-P-5	ECONOMIA MARÍTIMA DE DEFESA
ECONOMIA E INDÚSTRIA DE DEFESA	II-P-6	ECONOMIA DO MAR E GOVERNANÇA DOS OCEANOS

MARINHA DO BRASIL
ESTADO-MAIOR DA ARMADA

ESCOLA DE GUERRA NAVAL	
CURSO DE POLÍTICA E ESTRATÉGIA MARÍTIMAS (C-PEM)	
DISCIPLINA: ORÇAMENTO E CONTROLE III	
CÓDIGO: II-P-1	CARGA HORÁRIA: 12 HORAS
SUMÁRIO	

1) OBJETIVO DA DISCIPLINA

Explicar a evolução e a atual sistemática de planejamento e orçamento públicos vigentes no País, enfatizando seus principais instrumentos, dentro do previsto nos dispositivos constitucionais e suas implicações no âmbito do Ministério da Defesa (MD) e da Marinha do Brasil (MB), e seus respectivos controles.

2) LISTA DE UNIDADES DE ENSINO**1.0 - SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA FEDERAL E O PLANO DIRETOR....8 HORAS**

1.1 - Sistema de Planejamento e Orçamento Federal e a Sistemática do Plano Diretor da MB; e

1.2 - Sistemática de planejamento e orçamento governamental, segundo a ótica do MPOG, do MD e da MB.

2.0 - SISTEMA DE CONTROLE 4 HORAS

2.1 - O sistema de controle interno da MB; e

2.2 - O controle externo das contas da MB.

3) DIRETRIZES ESPECÍFICAS

a) A disciplina será conduzida por meio de painéis (Pn).

b) A disciplina é complementada pelo conteúdo da seguinte disciplina: II-P-5 (Economia de Defesa), que apresenta não só as principais variáveis e políticas macroeconômicas para entender os atuais desafios da economia brasileira, como também as peculiaridades existentes no âmbito das aquisições de defesa e sua relação com o processo de inovação tecnológica.

4) AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A disciplina não será avaliada.

5) RECURSOS INSTRUCIONAIS

Os seguintes recursos instrucionais serão utilizados:

- a) computador;
- b) projetor multimídia; e
- c) quadro branco (QB).

OSTENSIVO

6) REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 1988.
2. _____. Decreto nº 3.555, de 8 de agosto de 2000. Aprova o Regulamento para a modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns. Brasília, DF, 2000.
3. _____. Decreto nº 5.411, de 6 de abril de 2005. Autoriza a integralização de cotas no Fundo Garantidor de Parcerias Público-Privadas - FGP, mediante ações representativas de participações acionárias da União em sociedades de economia mista disponíveis para venda e dá outras providências. Brasília, DF, 2006.
4. _____. Decreto nº 9.412, de 18 de junho de 2018. Atualiza os valores das modalidades de licitação de que trata o art. 23 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Brasília, DF, 2018.
5. _____. Estado-Maior da Armada. EMA-134: Manual de Gestão Administrativa da Marinha. 1ª Rev. Brasília, 2018.
6. _____. Estado-Maior da Armada. EMA-420: Normas para Logística de Material. 2ª Rev. Mod. 1, Brasília, 2002.
7. _____. Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964. Estatui normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Brasília, DF, 1964.
8. _____. Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Brasília, DF, 1993.
9. _____. Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004. Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública. Brasília, DF, 2004.
10. _____. Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Brasília, DF, 2021.
11. _____. Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Brasília, DF, 2000.
12. _____. Secretaria-Geral da Marinha. SGM-102: Normas sobre Licitações, Acordos e Atos Administrativos (NOLAM), 5ª Rev. Brasília, 2020.
13. _____. _____. SGM-107: Normas Gerais de Administração, 7ª Rev. Brasília, 2019.
14. _____. _____. SGM-301: Normas sobre Administração Financeira e Contabilidade. 8ª Rev. Mod. 2. Brasília, 2020.
15. _____. _____. SGM-401: Normas para a Gestão do Plano Diretor, 2ª Rev. Brasília, 2021.
16. BRASIL. Secretaria-Geral da Marinha. SGM-601: Normas sobre Auditoria, Análise e Apresentação de Contas na Marinha. 5ª Rev. Brasília, 2014.

MARINHA DO BRASIL
ESTADO-MAIOR DA ARMADA

ESCOLA DE GUERRA NAVAL	
CURSO DE POLÍTICA E ESTRATÉGIA MARÍTIMAS (C-PEM)	
DISCIPLINA: LOGÍSTICA DE DEFESA	
CÓDIGO: II-P-2	CARGA HORÁRIA: 56 HORAS
SUMÁRIO	

1) OBJETIVO DA DISCIPLINA

Analisar as implicações para a Indústria Nacional de Defesa, decorrentes da Política Nacional de Defesa. Explicar e analisar a situação atual da indústria de defesa. Apresentar as bases da Mobilização Marítima e sua relação com a indústria naval e de transporte marítimo. Fundamentar o uso da Ciência, Tecnologia e Inovação no interesse da Defesa Nacional.

2) LISTA DE UNIDADES DE ENSINO**1.0 - A BASE INDUSTRIAL DE DEFESA44 HORAS**

1.1 - A visão atual da Base Industrial de Defesa; e

1.2 - Visita de Estudos ao Estado de São Paulo - Visitas às instalações de empresas e instituições ligadas à Base Industrial de Defesa e de Ciência, Tecnologia e Inovação.

2.0 - MOBILIZAÇÃO MARÍTIMA.....12 HORAS

2.1 - Mobilização Nacional;

2.2 - A Construção Naval no Brasil e mecanismos de fomento; e

2.3 - O Transporte Marítimo.

3) DIRETRIZES ESPECÍFICAS

a) A disciplina será ministrada por meio de preleções (P), palestras (Pa), conferências (Cf), debate orientado (DO), debate (D) e visita de estudo (VE).

b) A disciplina é complementada pelo conteúdo das seguintes disciplinas do II-P-5 (Economia de Defesa), que apresenta uma visão global da evolução da macroeconomia brasileira, bem como de seus principais problemas teóricos e práticos, e que analisa os aspectos gerais e técnicos dos mercados financeiros internacionais, abordando aspectos relacionados ao risco de títulos e empresas gerado pela exposição internacional e CSD-1 (Política e Defesa) e Atividades Complementares (Viagens de Estudos), do Curso Superior de Defesa.

4) AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A disciplina não será avaliada.

OSTENSIVO

5) RECURSOS INSTRUCIONAIS

Os seguintes recursos instrucionais serão utilizados:

- a) computador;
- b) projetor multimídia; e
- c) quadro branco (QB).

6) REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BRASIL. Decreto n° 5.484, de 30 de junho de 2005. Aprova a Política de Defesa Nacional e dá outras providências. Brasília, DF, 2005.
2. _____. Decreto n° 6.592, de 2 de outubro de 2008. Regulamenta o disposto na Lei no 11.631, de 27 de dezembro de 2007, que dispõe sobre a Mobilização Nacional e cria o Sistema Nacional de Mobilização - SINAMOB. Brasília, DF, 2008.
3. _____. Decreto n° 6.703, de 18 de dezembro de 2008. Aprova a Estratégia Nacional de Defesa e dá outras providências. Brasília, DF, 2008.
4. _____. Decreto n° 7.294, de 6 de setembro de 2010. Dispõe sobre a Política de Mobilização Nacional. Brasília, DF, 2010.
5. _____. Decreto n° 7.970, de 28 de março de 2013. Regulamenta dispositivos da Lei n° 12.598, de 22 de março de 2012, que estabelece normas especiais para as compras, as contratações e o desenvolvimento de produtos e sistemas de defesa, e dá outras providências. Brasília, DF, 2013.
6. _____. Lei n° 11.631, de 27 de dezembro de 2007. Dispõe sobre a mobilização nacional e cria o Sistema Nacional de Mobilização (SINAMOB). Brasília, DF, 2007.
7. _____. Lei n° 12.598, de 22 de março de 2012. Estabelece normas especiais para as compras, as contratações e o desenvolvimento de produtos e de sistemas de defesa; dispõe sobre regras de incentivo à área estratégica de defesa; altera a Lei no 12.249, de 11 de junho de 2010; e dá outras providências - Retid. Brasília, DF, 2012.
8. _____. Estado-Maior da Armada. EMA-400 - Manual de Logística da Marinha, 2ª Rev, Mod.2. Brasília, DF, 2003.
9. _____. _____. EMA-401 - Manual de Mobilização Marítima, 2ª Rev. Brasília, DF, 2010.
10. _____. _____. EMA-420 - Normas para Logística de Material, 2ª Rev, Mod.1. Brasília, DF, 2002.
11. _____. _____. EMA-427 - Elementos para o Planejamento Logístico, 8ª Rev. Brasília, DF, 2016.
12. _____. Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação 2016-2022.
13. _____. Ministério da Defesa. Portaria Normativa n° 899/MD, de 19 de julho de 2005. Aprova a Política Nacional da Indústria de Defesa. Brasília, DF, 2005.
14. _____. _____. Portaria Normativa n° 1.137/MD, de 4 de novembro de 2004. Aprova a Política de Ciência, Tecnologia e Inovação (C,T& I) para a Defesa Nacional.
15. _____. _____. Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas. MD-41-P-01 - Política de Mobilização Militar (PMM), 2ª Ed. Brasília, DF, 2015.

OSTENSIVO

C-PEM 2023

16. BRASIL. Ministério da Defesa. Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas. MD-41-M-01 - Doutrina de Mobilização Militar (DMM). 2ª Ed. Brasília, DF, 2015.
17. _____. _____. Secretaria de Logística e Mobilização. MD42-M-02 - Doutrina de Logística Militar. Brasília, DF, 2016.
18. _____. Secretaria-Geral da Marinha. SGM-201 - Normas para Execução do Abastecimento, 6ª Rev, Mod. 5. Brasília, DF, 2009.

MARINHA DO BRASIL
ESTADO-MAIOR DA ARMADA

ESCOLA DE GUERRA NAVAL	
CURSO DE POLÍTICA E ESTRATÉGIA MARÍTIMAS (C-PEM)	
DISCIPLINA: PROCESSO DE TOMADA DE DECISÃO	
CÓDIGO: II-P-3	CARGA HORÁRIA: 190 HORAS
SUMÁRIO	

1) OBJETIVO DA DISCIPLINA

Aplicar um método analítico ou decisório, visando a assessoria, em temas atuais e de interesse para a Alta Administração Naval.

2) LISTA DE UNIDADES DE ENSINO

- 1.0 - ESTRUTURAÇÃO DO PROBLEMA 40 HORAS**
1.1 a 1.32 - Identificação da metodologia; identificação do problema; e estabelecimento da Abordagem.
- 2.0 - PESQUISA E COLETA DE DADOS 40 HORAS**
2.1 a 2.38 - Estabelecimento do plano de trabalho e realização da pesquisa.
- 3.0 - ANÁLISE..... 40 HORAS**
3.1 a 3.48 - Análise e verificação de alternativas.
- 4.0 - SÍNTESE 40 HORAS**
4.1 a 4.40 - Avaliação da repercussão das alternativas e conclusões.
- 5.0 - PREPARAÇÃO PARA A APRESENTAÇÃO AO ALMIRANTADO 30HORAS**
5.1 a 5.24 - Preparativos e apresentação ao Almirantado.

3) DIRETRIZES ESPECÍFICAS.

- a) Empregar um método de tomada de decisão para exame de temas atuais e de grande interesse para a Alta Administração Naval, que carecem de decisão a curto ou médio prazo.
- b) O conteúdo programático de todas as disciplinas ministradas no curso, bem como das disciplinas ministradas no Curso Superior de Defesa visam contribuir para a elaboração do trabalho previsto nesta disciplina.

4) AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A aprendizagem será avaliada por meio de um trabalho em grupo, considerando também o desempenho individual de cada membro do grupo.

OSTENSIVO

5) RECURSOS INSTRUCIONAIS.

Os seguintes recursos instrucionais serão utilizados:

- a) computador;
- b) projetor multimídia; e
- c) quadro branco (QB).

6) REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA.

1. BRASIL. Estado-Maior da Armada. EMA-332 - Estudo de Estado-Maior, 1ª Rev. Brasília, 2015.

MARINHA DO BRASIL
ESTADO-MAIOR DA ARMADA

ESCOLA DE GUERRA NAVAL	
CURSO DE POLÍTICA E ESTRATÉGIA MARÍTIMAS (C-PEM)	
DISCIPLINA: COMUNICAÇÃO SOCIAL ESTRATÉGICA	
CÓDIGO: II-P-4	CARGA HORÁRIA: 4 HORAS
SUMÁRIO	

1) OBJETIVO DA DISCIPLINA

Aplicar os conceitos da comunicação social e do preparo no relacionamento com a mídia.

2) LISTA DE UNIDADES DE ENSINO**1.0 - COMUNICAÇÃO SOCIAL NA MB4 HORAS**

1.1 - Fundamentos da Comunicação Social. O papel da comunicação social para os interesses da Marinha. Oportunidades e ameaças do ambiente informacional.

3) DIRETRIZES ESPECÍFICAS.

A disciplina será ministrada por meio de palestra (Pa) realizada pelo Centro de Comunicação Social da Marinha (CCSM).

4) AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A disciplina não será avaliada.

5) RECURSOS INSTRUCIONAIS.

Os seguintes recursos instrucionais serão utilizados:

- a) computador;
- b) projetor multimídia; e
- c) quadro branco (QB).

6) REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

1. BRASIL. Estado-Maior da Armada. EMA-860. Manual de Comunicação Social da Marinha, 1ª Rev. Brasília, 2018.
2. _____. Marinha do Brasil.PCSM2021/2022. Plano de Comunicação Social da Marinha para 2021 e 2022. Brasília, 2021. Disponível em: <http://www.ccsm.mb/sites/default/files/downloads/pcsm_2021.pdf>. Acesso em 28/08/2021.

MARINHA DO BRASIL
ESTADO-MAIOR DA ARMADA

ESCOLA DE GUERRA NAVAL	
CURSO DE POLÍTICA E ESTRATÉGIA MARÍTIMAS (C-PEM)	
DISCIPLINA: ECONOMIA MARÍTIMA DE DEFESA	
CÓDIGO: II-P-5	CARGA HORÁRIA: 20 HORAS
SUMÁRIO	

1) OBJETIVO DA DISCIPLINA

Apresenta não só as principais variáveis e políticas macroeconômicas para entender os atuais desafios da economia brasileira, como também as peculiaridades existentes no âmbito das aquisições de defesa e sua relação com o processo de inovação tecnológica.

2) LISTA DE UNIDADES DE ENSINO

- 1.0 - PRINCIPAIS DESAFIOS DA ECONOMIA BRASILEIRA.....4 HORAS**
 1.1 - Desafios de natureza estrutural e conjuntural.
- 2.0 - ECONOMIA E AQUISIÇÃO DE DEFESA16 HORAS**
 2.1 - A inovação tecnológica presente nas aquisições de defesa; e
 2.2 - A aquisição de novas capacidades de defesa.

3) DIRETRIZES ESPECÍFICAS

A disciplina será conduzida por meio de preleções (P) da temática indicada para cada sessão, seguida por debate de textos, casos e exercícios.

4) AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A disciplina não será avaliada.

5) RECURSOS INSTRUCIONAIS

Os seguintes recursos instrucionais serão utilizados:

- a) computador;
- b) projetor multimídia; e
- c) quadro branco (QB).

6) REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. AMARANTE, José Carlos Albano. A Base Industrial de Defesa Brasileira. IPEA. 2012. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1091/1/TD_1758.pdf>.
2. BAUMANN, R.; CANUTO, O.; GONÇALVES, R. Economia Internacional: Teoria e Experiência Brasileira. Rio de Janeiro: Ed. Elsevier, 2004.

3. BRASIL. Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI). Panorama da Base Industrial de Defesa: Segmento Naval, 2013. Disponível em:
4. BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Mapeamento da Base Industrial de Defesa. Brasília: IPEA, 2016. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/160706_livro_mapeamento_defesa.pdf>.
5. _____. _____. O Fortalecimento da Indústria de Defesa do Brasil. Texto para discussão. Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 2016.
6. _____. Lei nº 12.598, de 22 de março de 2012. Estabelece normas especiais para as compras, as contratações e o desenvolvimento de produtos e sistemas de defesa, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 22 mar. 2012, p. 1.
7. _____. Ministério da Defesa. Portaria Normativa nº 15/MD, de 4 de abril de 2018. Aprova a Política de Obtenção de Produtos de Defesa - POBPRODE. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 5 abr. 2018, Seção 1, p. 6.
8. _____. _____. Portaria Normativa nº 899/MD, 19 jul. 2005. Aprova a Política Nacional da Indústria de Defesa - PNID, 2005. Disponível em: <http://www.icbrasil.com.br/legislacao/Legislacao_icb_11_6_08_1.doc>.
9. CARDIM DE CARVALHO, F. J.; PIRES DE SOUZA, F. E; SICSÚ, J. STUDART; DE PAULA, L.F. Economia monetária e financeira. Editora Campus, 1ª Edição.
10. DAGNINO, Renato. Em que a Economia de Defesa pode ajudar nas decisões sobre a revitalização da Indústria de Defesa brasileira? Oikos. Revista de Economia Heterodoxa. N.9, ano VI, 2008.
Disponível em: <<http://www.revistaokos.org/seer/index.php/oikos/article/view/85/55>>
11. FRANKO, Patrice. La Economía de Defensa: Introducción. Waterville, Colby College, 2000.
12. FRANKO, Patrice. The Defense Acquisition Trilemma: the case of Brazil. Strategic Forum, National Defense University, INSS. SF No.284, January, 2014. inss.dodlivre.mil
13. FROYEN, Richard T. Macroeconomia. São Paulo: Saraiva, 2006.
14. GREMAUD, A P., Vasconcellos M. A S. e JÚNIOR R.T., Economia brasileira contemporânea. 7ª edição, Ed. Atlas.
15. HARTLEY, Keith. Defence Economics and the Industrial Base. Centre for Defence Economics. Disponível em: <<http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.196.5575&rep=rep1&type=pdf>>.
16. KRUGMAN, P.; OBSTFELD. M. Economia internacional, teoria e política. Makron Books, 6ª edição.
17. LONGO, W. P.; MOREIRA, William S. Tecnologia e inovação no setor de defesa: uma perspectiva sistêmica. Revista da Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, v.19, n.2, pp. 277-304, jul./dez., 2013.
18. LONGO, W. P.; MOREIRA, William. S. Transferência de Tecnologia e Defesa. Revista das Forças Armadas, Rio de Janeiro, v. 7, n. 29., p. 43-48, jul. 2012.

19. MEDEIROS, Sabrina E.; MOREIRA, William S. Defense Economics and Institutional Economics: Close Relations for the Benefit of Development and Reputation. *Journal of Strategic and International Studies*, Institute of Strategic and International Studies-ISIS, v. X, n. 1. Jan., 2015. pp. 114-124.
20. MOREIRA, William S. Cerceamento e restrições tecnológicas à indústria de Defesa. In: ALMEIDA, Perpétua; ACIOLY, Luciana. *Estratégias de defesa nacional: desafios para o Brasil no novo milênio*. Rio de Janeiro: Ipea, 2014. 204 p. ISBN 978-85-7811-198-4.
21. MOREIRA, William S. Ciência e Tecnologia Militar: “política por outros meios”? *Revista da Escola de Guerra Naval*, Rio de Janeiro, v. 18 n. 2 p. 73-92, jul/dez, 2012.
22. MOREIRA, William S. Obtenção de Produtos de Defesa no Brasil: O Desafio da Transferência de Tecnologia. *Revista da Escola de Guerra Naval*, Rio de Janeiro, v. 17 n. 1 p. 1-172, jan/jun, 2011. Disponível em:
<https://www.egn.mar.mil.br/arquivos/revistaEgn/pagina_revista/n17/_edicao17.pdf>.
Acesso em: 20 mar. 2012.
23. MOREIRA, William S. Organizational Structure and Procedural Framework for Defence Acquisition in Brazil: the challenge of technology transfer. In: BEHERA, Laxman K.; KAUSHAL, Vinay (Ed.). *Defence Acquisition: international best practices*. New Delhi: Pentagon Press, 2013. p. 375-388.
24. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL). Oficina de la Secretaría Ejecutiva. Metodología para Comparación de los Gastos Militares. CEPAL - Nações Unidas. Santiago, 2005. Disponível em:
<<http://www.cepal.org/publicaciones/xml/7/22927/lcw21e.pdf>>.
25. PINDYCK, Robert S.; RUBINFELD, Daniel L. *Microeconomia*. São Paulo: Pearson, 6ª edição, 2006.
26. PINHO, Diva Benevides; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de. *Manual de Economia - equipe de professores da USP*. São Paulo: Editora Saraiva, p. 3-59, 1996.
27. VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de. *Economia: micro e macro*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
28. WONNACOTT, Paul; WONNACOTT, Ronald. *Economia (2ª edição revisada)*. São Paulo: Makron Books, 48-78, 1994.
29. VIÑAS, A. *Economía de la defensa y defensa económica: una propuesta reconceptualizadora*. Centro de Estudios Constitucionales, Madrid, 1984.

MARINHA DO BRASIL
ESTADO-MAIOR DA ARMADA

ESCOLA DE GUERRA NAVAL	
CURSO DE POLÍTICA E ESTRATÉGIA MARÍTIMAS (C-PEM)	
DISCIPLINA: ECONOMIA DO MAR E GOVERNANÇA DOS OCEANOS	
CÓDIGO: II-P-6	CARGA HORÁRIA: 8 HORAS
SUMÁRIO	

1) OBJETIVO DA DISCIPLINA

Apresentar conceitos e atividades associados à Economia do Mar, considerando a Governança dos Oceanos, levando-se em conta particularmente o caso do Brasil.

2) LISTA DE UNIDADES DE ENSINO**1.0 - CONCEITOS BÁSICOS..... 4 HORAS**

1.1 - Economia do Mar, Economia Marinha, Economia Marítima, Governança dos Oceanos, *Clusters* Marítimos, Desenvolvimento Sustentável, Agenda 2030 (2015-2030), Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), Década dos Oceanos (2021-2030).

2.0 - SETORES E ATIVIDADES DA ECONOMIA DO MAR..... 4 HORAS

2.1- Defesa e Segurança Internacional; Transporte Marítimo e Infraestrutura Logística; Construção e Reparação Naval; Energia e Mineração *Offshore*; Pesca e Aquicultura; Turismo, Esporte e Lazer; Meio Ambiente e Clima.

3) DIRETRIZES ESPECÍFICAS

A disciplina será conduzida por meio de preleções (P) da temática indicada para cada sessão, seguida por debate de textos, casos e exercícios.

4) AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A disciplina não será avaliada.

5) RECURSOS INSTRUCIONAIS

Os seguintes recursos instrucionais serão utilizados:

- a) computador;
- b) projetor Multimídia; e
- c) quadro branco (QB).

OSTENSIVO

6) REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BEIRÃO, André P.; MARQUES, Miguel; RUSCHEL, Rogerio R. (Org.). O Valor do Mar: Uma visão integrada dos recursos. 2. ed. São Paulo: Essencial Idea Editora, 2020, v. 2, p. 80-90.
2. CARVALHO, Andrea B. Economia do Mar: Conceito, Valor e Importância para o Brasil. Tese de Doutorado, PUC-RS, 2018.
3. CULLINANE, K. International Handbook of Maritime Economics. Cheltenham-Northampton: Edward Elgar, 2011.
4. ORGANISATION FOR ECONOMIC COOPERATION AND DEVELOPMENT - OECD. The Ocean Economy in 2030. Paris: OECD Publishing, 2016.
5. ORGANIZATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT -OCDE. Blueprint for improved measurement of the international ocean economy. OCDE, 2021. Disponível em: <<https://www.oecd-ilibrary.org/docserver/aff5375b-en.pdf?>>
6. PAULI, Gunter. The Blue Economy, Version 2.0: 200 projects implemented; US\$ 4 billion invested; 3 million jobs created - a report to the Club of Rome. New Delhi: Academic Foundation, 2015.
7. SANTOS, Thauan; CARVALHO, Andrea B. "Blue is the New Green": The Economy of the Sea as a (Regional) Development Policy. Global Journal of Human-Social Science, v. 20, p. 1-16, 2020.
8. SANTOS, Thauan. Economia do Mar: Agenda global e o caso do Brasil. GEM Policy Brief, n. 1, v. 1, p. 4-11, 2021. Disponível em: Policy Brief (grupoeconomiadomar.com.br).
9. SANTOS, Thauan. Economia do Mar. In: ALMEIDA, Francisco Eduardo A.; MOREIRA, William S. (Org.). Estudos Marítimos: Visões e abordagens. 1. ed. São Paulo: Humanitas, 2019, v. 1, p. 355-388.
10. STOPFORD, Martin. Maritime Economics - 3rd ed. London: Routledge, 2009.
11. UNITED NATIONS - UN. The Ocean and the Sustainable Development Goals under the 2030 Agenda for Sustainable Development: A technical abstract of the first global integrated marine assessment. New York: United Nations, 2017.
12. VIDIGAL, A. A. F.; CUNHA, M. B. da; FERNANDES, L. P.; MENDES, F. de A.; SILVA, N. da; OLIVEIRA, L. L.; CUNHA JÚNIOR, O. B.; ALBUQUERQUE, A. T. A.; ALMEIDA, J. de A. N. de. Amazônia Azul: o mar que nos pertence. Rio de Janeiro: Record, 2006.



SUMÁRIOS DAS DISCIPLINAS

ÁREA DE ESTUDO III (POLÍTICA E ESTRATÉGIA)

TABELA DE CORRELAÇÃO DAS DISCIPLINAS COM AS ÁREAS DE CONHECIMENTO SOB A RESPONSABILIDADE DA EGN

ÁREA DE CONHECIMENTO	CÓDIGO DA DISCIPLINA	NOME DA DISCIPLINA
CIÊNCIA POLÍTICA	III-P-1	POLÍTICA MARÍTIMA
ESTRATÉGIA, ESTRATÉGIA MARÍTIMA E ESTRATÉGIA NAVAL	III-P-2	ESTRATÉGIA MARÍTIMA
RELAÇÕES INTERNACIONAIS (OMOT: EMA)	III-P-3	RELAÇÕES INTERNACIONAIS
GEOPOLÍTICA	III-P-4	GEOPOLÍTICA E OCEANOPOLÍTICA
DIREITO INTERNACIONAL	III-P-5	DIREITO INTERNACIONAL
DE ACORDO COM O TEMA DA TESE	III-P-6	TESE
CIÊNCIA POLÍTICA	III-P-7	PENSAMENTO CRÍTICO
INTELIGÊNCIA	III-P-8	INTELIGÊNCIA ESTRATÉGICA
DE ACORDO COM O TEMA DO ENSAIO	III-P-9	ENSAIO

MARINHA DO BRASIL
ESTADO-MAIOR DA ARMADA

ESCOLA DE GUERRA NAVAL	
CURSO DE POLÍTICA E ESTRATÉGIA MARÍTIMAS (C-PEM)	
DISCIPLINA: POLÍTICA MARÍTIMA	
CÓDIGO: III-P-1	CARGA HORÁRIA: 56 HORAS
SUMÁRIO	

1) OBJETIVO DA DISCIPLINA

Analisar os principais aspectos relacionados à Política Marítima Nacional e ao Poder Naval.

2) LISTA DE UNIDADES DE ENSINO

- 1.0 - POLÍTICA MARÍTIMA NACIONAL 24 HORAS**
- 1.1 - Os principais elementos que conformam a Política Marítima Nacional; e
- 1.2 - A reformulação da Política Marítima Nacional.
- 2.0 - PODER NAVAL 32 HORAS**
- 2.1 - Aspectos relevantes relacionados com o preparo e a aplicação do Poder Naval brasileiro, no âmbito do EMA e apresentação dos Órgãos de Direção Setorial.

3) DIRETRIZES ESPECÍFICAS

a) A disciplina será conduzida por meio de preleções (P), palestras (Pa), painéis (Pn) e conferências (Cf).

b) A disciplina III-P-1 é complementada pela matéria CSD-1 (Política e Defesa), que, à luz de teorias clássicas e contemporâneas da filosofia política, discute os principais aspectos relacionados à ação política do Governo Federal que influenciam a consecução dos objetivos da Defesa Nacional e impactam o preparo e emprego do Poder militar no Brasil contemporâneo.

4) AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A disciplina não é avaliada.

5) RECURSOS INSTRUCIONAIS

Os seguintes recursos instrucionais serão utilizados:

- a) computador;
- b) projetor multimídia; e
- c) quadro branco (QB).

OSTENSIVO

6) REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BEIRÃO, André P.; MARQUES, Miguel; RUSCHEL, Rogerio R. (Org.). O Valor do Mar: Uma visão integrada dos recursos. 2ed. São Paulo: Essencial Idea Editora, 2020. Disponível em: <<https://www.marinha.mil.br/sites/default/files/valor-do-mar.pdf>>
2. BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.
3. _____. Decreto n° 1.265. Aprova a Política Marítima Nacional (PMN). 11 out. 1994. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D1265.htm>.
4. _____. Decreto n° 2.596. Regulamenta a Lei n° 9.537, de 11 de dezembro de 1997, que dispõe sobre a segurança do tráfego aquaviário em águas sob jurisdição nacional. 18 mai. 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2596.htm#art2>.
5. _____. Decreto n° 3.897. Fixa as diretrizes para o emprego das Forças Armadas na garantia da lei e da ordem, e dá outras providências. 24 ago. 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/d3897.htm>.
6. _____. Decreto n° 5.377. Aprova a Política Nacional para os Recursos do Mar (PNRM). 23 fev. 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5377.htm>.
7. _____. Decreto n° 10.544. Aprova o X Plano Setorial para os Recursos do Mar. 16 nov. 2020. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10544.htm>.
8. _____. Decreto n° 10.607. Institui o Grupo de Trabalho Interministerial para reformular a Política Marítima Nacional. 22 set. 2021. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/decreto/D10607.htm>.
9. _____. Decreto n° 11.096. Institui a Política Nacional para Assuntos Antárticos. 15 jun. 2022. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/decreto/D11096.htm>.
10. _____. Estado-Maior da Armada. EMA-305 - Doutrina Militar Naval. Mod. 1. Brasília, 2017.
11. _____. _____. EMA-323 - Política Naval, 2019.
12. _____. Lei n° 9.432, de 08 de janeiro de 1997. Dispõe sobre a ordenação do transporte aquaviário e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, v. 135, n° 6, p. 467-470, 9 jan.1997. Seção I.
13. _____. Lei n° 9.537, de 11 de dezembro de 1997. Dispõe sobre a segurança do tráfego aquaviário em águas sob jurisdição nacional e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília 12 dez.1997. Seção I.
14. _____. Lei n° 10.233, de 05 jun. 2001. Dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre, cria o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte, a Agência Nacional de Transportes Terrestres, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários e o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes, e dá outras providências. 06 jun. 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10233.htm>.
15. _____. Lei n° 12.815, de 05 de junho de 2013. Dispõe sobre a exploração direta e indireta pela união de portos e instalações portuárias e sobre as atividades desempenhadas pelos operadores portuários; altera as leis 5.025, de 10 de junho de 1966, 10.233, de 5 de junho de 2001, 10.683, de 28 de maio de 2003, 9.719, de 27 de novembro de 1998, e 8.213, de 24 de

OSTENSIVO

C-PEM 2023

OSTENSIVO

C-PEM 2023

julho de 1991; revoga as leis 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, e 11.610, de 12 de dezembro de 2007, e dispositivos das leis 11.314, de 3 de julho de 2006, e 11.518, de 5 de setembro de 2007; e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 05 jun. 2013.

16. BRASIL. Lei Complementar n° 136. Altera a Lei Complementar no 97, de 9 de junho de 1999, que “dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas”, para criar o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas e disciplinar as atribuições do Ministro de Estado da Defesa. 25 ago. 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp136.htm>.
17. _____. Marinha do Brasil. Atas da Reunião do GTI para reformulação da Política Marítima Nacional. Disponível em: <<https://www.marinha.mil.br/atas-da-reuniao-do-gti>>
18. _____. _____. Plano Setorial para os Recursos do Mar. Disponível em: <<https://www.marinha.mil.br/secirm/psrm/sobre>>.
19. _____. _____. Simpósio e oficinas “A reformulação da Política Marítima Nacional. Disponível em: <<https://www.marinha.mil.br/cepe/simposio-pmn-2022>>.
20. _____. Ministério da Defesa. Documentos Estratégicos do Ministério da Defesa: Política Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Defesa, 2020, disponíveis em <https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/pnd_end_congresso_.pdf>; e Livro Branco de Defesa Nacional, 2020, disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/livro_branco_congresso_nacional.pdf>. Acesso em: 24 set. 2020.14. _____. Ministério da Defesa. MD35-G-01 - Glossário das Forças Armadas. 5ª edição. Brasília, 2015.
21. FERNANDES, Luiz Philippe da Costa. O Brasil e o mar no século XXI: relatório aos tomadores de decisão do país. Rio de Janeiro: Brasil, 2012. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/secirm/sites/www.marinha.mil.br/secirm/files/cembra-2a_ed.pdf>.

MARINHA DO BRASIL
ESTADO-MAIOR DA ARMADA

ESCOLA DE GUERRA NAVAL	
CURSO DE POLÍTICA E ESTRATÉGIA MARÍTIMAS (C-PEM)	
DISCIPLINA: ESTRATÉGIA MARÍTIMA	
CÓDIGO: III-P-2	CARGA HORÁRIA: 204 HORAS
SUMÁRIO	

1) OBJETIVO DA DISCIPLINA

Formular planejamento de Força para a transformação do Poder Naval brasileiro, nos próximos 20 anos; analisar e criticar conceitos de Crise Político-Estratégica e de Manobra de Crise; e estabelecer uma compreensão básica acerca do fenômeno da Guerra Híbrida.

2) LISTA DE UNIDADES DE ENSINO

- 1.0 - ESTRATÉGIA MARÍTIMA CONSOLIDADA 12 HORAS**
- 1.1 - Fundamentos da Estratégia;
 - 1.2 - Evolução do pensamento estratégico Naval da MB;
 - 1.3 - Estratégias Navais Clássicas; e
 - 1.4 - Estratégias Marítimas.
- 2.0 - PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO PREPARO16 HORAS**
- 2.1 - A importância do Planejamento Estratégico para a MB;
 - 2.2 - Tipos de Planejamento: Estratégico, Operacional e Tático;
 - 2.3 - Fundamentos do planejamento de força; e
 - 2.4 - Análise de documentos de referência e de outros países, Forças e organizações.
- 3.0 - CENÁRIOS PROSPECTIVOS..... 44 HORAS**
- 3.1 - Fundamentos dos cenários prospectivos;
 - 3.2 - Metodologias de cenarização para o planejamento de longo prazo;
 - 3.3 - Iniciativas de cenarização na MB e MD;
 - 3.4 - Documentos de referência de estudos de futuro; e
 - 3.5 - Análise do futuro - construção de cenário para o planejamento de Força.
- 4.0 - CONCEPÇÃO ESTRATÉGICA.....32 HORAS**
- 4.1 - Fundamentos de uma concepção estratégica;
 - 4.2 - Concepção estratégica no planejamento de longo prazo; e
 - 4.3 - Elaboração de uma concepção estratégica para a MB.

5.0 - PLANEJAMENTO DE FORÇA88 HORAS

- 5.1 - O planejamento de Força dentro do planejamento estratégico da MB;
- 5.2 - Análise do Presente - Fragmentos do diagnóstico;
- 5.3 - Elaboração e análise das PA;
- 5.4 - Análise e priorização das capacidades; e
- 5.5 - Outros conceitos do PBC.

6.0 - SPAN - PALESTRA EMA.....4 HORAS

- 6.1 - Planejamento estratégico no MD;
- 6.2 - Planejamento Estratégico para a MB; e
- 6.3 - SisForça.

7.0 - CRISE4 HORAS

- 7.1 - Teoria de Manobra de Crise.

8.0 - GUERRA HÍBRIDA4 HORAS

- 8.1 - Conceitos básicos;
- 8.2 - Convergência e Híbridização;
- 8.3 - Guerra Híbrida e Zona Cinza; e
- 8.4 - Segurança Multidimensional.

3) DIRETRIZES ESPECÍFICAS

a) A disciplina será conduzida por meio de preleção (P), palestras (Pa), seminários (Sm), painéis (Pn), trabalhos em grupo (TG), e debate orientado (DO).

b) Esta disciplina é complementada pelas disciplinas III-P-3 (Relações Internacionais), que discute aspectos teóricos e práticos das diferentes estratégias nacionais de outros Estados após o fim da Guerra Fria com ênfase nas da Rússia, EUA e China Popular; e pelas disciplinas do CSD que visam conhecer as políticas e estratégias de Defesa e os principais documentos e temas tratados neste importante setor, identificando os fatores que afetam a conjuntura nacional, bem como o papel da mídia e da sociedade nos assuntos de Defesa

4) AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A disciplina será avaliada por meio do seguinte trabalho III-P-2-T2 (TG) - Planejamento de Força.

5) RECURSOS INSTRUCIONAIS

Os seguintes recursos instrucionais serão utilizados:

- a) computador;
- b) projetor multimídia; e
- c) quadro branco (QB).

6) REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. AGUIRRE, Mariano. Defensa y Recursos: el debate sobre la seguridad en la Globalizacion. Outono-Inverno, N° 95/96 - 2ª Série, pp. 93-111, 2000.
2. BARTLETT, Henry; HOLLMAN, Paul Jr.; SOMES, Timothy. The art of strategy and force planning. Apud: Strategy and Force Planning. 4. ed. Newport, RI: Naval War College Press, 2004.

3. BELANGER, Yves; FLEURANT, Aude; MASSON, Helene; QUEAU, Yannick. Les Mutations de L'industrie de Defense: Regards Croises Sur Trois Continents. IRSEM, 2012. Disponível em: <<http://www.frstrategie.org/barreFRS/publications/dossiers/2012/eurosatory2012/irsem201205.pdf>>.
4. BRASIL. Comando de Operações Navais. COMOPNAVINST n° 30-01 - Definição de Ameaças Híbridas. Marinha do Brasil. Comando de Operações Navais. Rio de Janeiro - RJ.
5. _____. Constituição Federal da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Gráfica do Senado, 1988. Art. 142 e 144.
6. _____. Decreto n° 4.411, de 07 de outubro de 2002. Dispõe sobre a atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal nas unidades de conservação e dá outras providências.
7. _____. Estado-Maior da Armada. EMA-303. Sistemática de Planejamento de Alto Nível da Marinha. Brasília, 2006. (Reservado).
8. _____. _____. EMA-305. Doutrina Militar Naval. Brasília, 2017.
9. _____. _____. EMA-321. Manual de Estratégia e Manobra de Crises Internacionais. Brasília, 2002. (Reservado).
10. _____. _____. EMA-334. Manual de gerenciamento de crise em tempo de paz. Brasília, 2017.
11. _____. _____. PEM-2040. Brasília, 2020.
12. _____. Lei Complementar n° 97, de junho de 1999. Dispõe sobre normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas.
13. _____. Lei Complementar n° 117, de 2 de setembro de 2004. Altera a Lei Complementar n° 97, de 09 de junho de 1999, que “dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas”, para estabelecer novas atribuições subsidiárias.
14. _____. Lei Complementar n° 136, de 25 de agosto de 2010. Altera a Lei complementar n°97, de 9 de junho de 1999, que "dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas", para criar o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas e disciplinar as atribuições do Ministro de Estado da Defesa.
15. _____. Lei n° 11.473, de 10 de maio de 2007. Dispõe sobre cooperação federativa no âmbito da segurança pública e revoga a Lei n° 10.277, de 10 de setembro de 2001.
16. _____. Ministério da Defesa. Estratégia Nacional de Defesa. 2016. Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br/noticias/29093-minutas-do-livro-branco-da-pnd-e-da-end-estaodisponiveis-para-leitura>>.
17. _____. _____. Documentos Estratégicos do Ministério da Defesa: Política Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Defesa, 2020, disponíveis em <https://www.gov.br/defesa/ptbr/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/pnd_end_congresso_.pdf>; e Livro Branco de Defesa Nacional, 2020, disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-edefesa/livro_branco_congresso_nacional.pdf>.
18. _____. _____. MD-35-G-01. Glossário das Forças Armadas. Brasília, 2007.
19. _____. _____. MD51-M-01. Sistemática de Planejamento Estratégico Militar. Brasília, 2005.
20. _____. _____. Política Nacional de Defesa. 2020.

OSTENSIVO

Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br/noticias/29093-minutas-do-livro-branco-da-pnd-e-da-end-estaodisponiveis-para-leitura>>.

21. BROWN, Tim. Design Thinking: uma metodologia poderosa para decretar o fim das velhas ideias. Alta Books, São Paulo, 2017.
22. CAL, Carlos E. et all. La Cuestión Estratégica. Análisis y Conducción. Buenos Aires: Escuela de Guerra Naval. Armada Argentina, 2016.
23. COHEN, Eliot. Technology and warfare. In: BAYLIS, John; WIRTZ, James J.; GRAY, Colin S. Strategy in the contemporary world. 3. ed. New York: Oxford University Press, 2010.
24. DEFENCE NEWS. Defence News Top 100 Chart, 2018. Disponível em: <<http://people.defensenews.com/top-100/>>.
25. DIBB, Paul. O Planejamento da força de defesa na ausência de ameaças: Um Modelo para Potências Médias. Revistas Parcerias Estratégicas. Brasília, v. 1, n° 4, dez/1997. Disponível em: <<http://www.ad1de.eb.mil.br/html/biblioteca/material/Plj.pdf>>. Acesso em 25 set 2008.
26. EUA. US Secretary of the Navy. A Cooperative Strategy for 21st Century Seapower. 2015. Disponível em: <https://www.globalsecurity.org/military/library/policy/navy/21stcentury-seapower_strategy_201503.pdf>.
27. FRIEDMAN, Norman. The postwar revolution. Annapolis, Md: Naval Institute Press, 1986.
28. GANZÁLEZ, José Uxó. Los Efectos del Gasto Militar sobre el Crecimiento Económico: una panorámica. In: La Aportación de las Fuerzas Armadas a la Economía Nacional. Pp.16-25. Centro Superior de Estudios de la Defensa Nacional. Ministerio da Defesa da España. Mayo, 2007. Disponível em: <http://www.defensa.gob.es/ceseden/Galerias/destacados/publicaciones/docSegyDef/ficheros/011_LA_APORTACION_DE_LAS_FUERZAS_ARMADAS_A_LA_ECONOMIA_NACIONAL.pdf>.
29. GARFINKEL, Michelle R. The Economic Consequences of Reducing Military Spending. Federal Reserve Bank of St Louis. Economic Research, 1990. Disponível em: <https://research.stlouisfed.org/publications/review/90/11/Spending_Nov_Dec1990.pdf>.
30. GODET, Michel. Manual de prospectiva estratégica: da antecipação à ação. Lisboa: Dom Quixote, 1993.
31. GRAY, Colin S. Modern strategy. New York: Oxford University Press, 1999.
32. _____. The Strategy Bridge: Theory for Practice. Oxford: Oxford University Press, 2010.
33. GRUMBACH, Raul J. dos S. Método Grumbach de gestão estratégica. Rio de Janeiro: Brainstorming, 2006.
34. LINDGREN, Mats; BANDHOLD, Hans. Scenario planning: the link between future and strategy. Palgrave MacMillan, 2003.
35. LLOYD Richmond. The strategy and force planning framework. Apud: Strategy and Force Planning. 4. ed. Newport, RI: Naval War College Press, 2004.
36. NAVAL WAR COLLEGE. Strategy and force planning. 4. ed. Newport, RI, 2004.
37. OGILVY, James A. Creating better futures. Oxford University Press, 2002.
38. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL). Oficina de la Secretaría Ejecutiva. Metodología para Comparación de los Gastos Militares. CEPAL - Nações Unidas. Santiago, 2005. Disponível em: <<http://www.cepal.org/publicaciones/xml/7/22927/lcw21e.pdf>>.

OSTENSIVO

C-PEM 2023

39. OWENS, Mackubin Thomas. Strategy and the logic of force planning. In: Strategy and Force Planning. 4 ed. Newport, RI: Naval War College Press, 2004.
40. REINO UNIDO. HM Government. 2014. The UK National Strategy for Maritime Security. Disponível em:
<https://assets.publishing.service.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/322813/20140623-40221_national-maritime-strat-Cm_8829_accessible.pdf>.
41. RINGLAND, Gill. Scenario planning - Managing for the future. New York: John Wileys&Soons, 1998.
42. SCHWAB, Klaus. The Fourth Industrial Revolution. Foreign Affairs. 12 dez. 2015. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/2015-12-12/fourth-industrialrevolution>>.
43. SCHWARTZ, Peter. A arte da visão de longo prazo: planejando o futuro em um mundo de incertezas. São Paulo: Best Seller, 2000.
44. STOCKHOLM INTERNATIONAL PEACE RESEARCH INSTITUTE (SIPRI). Yearbook 2017: International arms transfers and arms production - 2017. Disponível em: <<https://www.sipri.org/research/armament-and-disarmament/arms-transfers-and-militaryspending/international-arms-transfers>>.
45. THE WEEL. Disponível em: <www.well.com/~mb/scenario-planning>.
46. TILL, Geoffrey. Seapower: a guide for the Twenty-First Century. London: Frank Cass Publishers, 2004.
47. URRUTIA IRIARTE, Nicolás. El Gasto en Defensa y Seguridad: caracterización del caso colombiano en el contexto internacional. Archivos de Economía. República de Colombia, Departamento Nacional de Planeación, Dirección de Estudios Económicos. Documento 249, 2004.
48. VAN DER HEIDJEN, K. Scenarios - The art of strategic conversation. Chichester, New York: John Wileys& Sons, 1996.
49. VIDIGAL, Armando A. F. A Evolução do Pensamento Estratégico Naval Brasileiro. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 3ª Edição, 1985.
50. VIDIGAL, Armando A. F. A Evolução do Pensamento Estratégico Naval Brasileiro - meados da década de 70 até os dias atuais. Rio de Janeiro: Clube Naval, 2002.

MARINHA DO BRASIL
ESTADO-MAIOR DA ARMADA

ESCOLA DE GUERRA NAVAL	
CURSO DE POLÍTICA E ESTRATÉGIA MARÍTIMAS (C-PEM)	
DISCIPLINA: RELAÇÕES INTERNACIONAIS	
CÓDIGO: III-P-3	CARGA HORÁRIA: 56 HORAS
SUMÁRIO	

1) OBJETIVO DA DISCIPLINA

Analisar e avaliar as relações de poder no cenário mundial contemporâneo, considerando as teorias das relações internacionais e as transformações no Sistema Internacional pós-Guerra Fria. Explicar a agenda global da atualidade e seus reflexos nas relações internacionais, enfatizando os desafios à política e segurança internacionais. Explicar as diversas estratégias nacionais (com ênfase nas da Rússia, EUA e China).

Explorar as bases da política externa brasileira e da história diplomática nacional. Comparar as realidades inerentes aos poderes nacionais dos países visitados com a do Brasil.

2) LISTA DE UNIDADES DE ENSINO**1.0 - A EMERGÊNCIA DA NOVA ORDEM MUNDIAL.....4 HORAS**

- 1.1 - O debate teórico atual;
- 1.2 - Multilateralismo e instituições: o cenário pós-II Guerra Mundial;
- 1.3 - Um sistema político bipolar: questões e desafios; e
- 1.4 - O fim da Guerra Fria e uma nova ordem internacional.

1.0 - A ORDEM MUNDIAL CONTEMPORÂNEA: CASOS E DILEMAS.....4 HORAS

- 2.1 - O “11 de setembro” como um novo marco político;
- 2.2 - Unilateralismo, hegemonia benigna e o desafio às instituições internacionais;
- 2.3 - Desafios à segurança internacional contemporânea I: novos conflitos armados; e
- 2.4 - Desafios à segurança internacional contemporânea II: agendas humanitárias e econômicas.

3.0 - AS BASES DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA.....4 HORAS

- 3.1 - Bases da Política Externa Brasileira (PEB) I: história diplomática, continuidade, ruptura e os objetivos de longo prazo;
- 3.2 - PEB I: a análise paradigmática (Americanismo, Globalismo e a Política Externa Independente);
- 3.3 - PEB II: a análise paradigmática (crise dos paradigmas, institucionalismo pragmático e autonomismo); e
- 3.4 - PEB III: a política externa de Rousseff, Temer e Bolsonaro.

4.0 - ESTRATÉGIAS DE INSERÇÃO INTERNACIONAL BRASILEIRA NO SÉCULO XXI: CASOS E ESTUDOS.....4 HORAS

- 4.1 - A tensão entre *soft power* e *hard power*;
- 4.2 - Responsabilidade enquanto Protege (RwP);
- 4.3 - Cooperação para o Desenvolvimento; e
- 4.4 - Multilateralismo e Construção de Consenso.

5.0 - VISITA AO EXTERIOR..... 40 HORAS

- 5.1- As realidades inerentes aos poderes político, econômico, naval e marítimo em áreas de interesse para o Brasil.

3) DIRETRIZES ESPECÍFICAS

a) A disciplina será desenvolvida por meio de palestras (Pa), preleções (P) da temática indicada para cada sessão, seguida de debates orientados (DO) dos textos recomendados e Estudos de Casos (EC) sobre formulações estratégicas e resolução de crise, com ênfase em casos atuais.

b) Esta disciplina é complementada pela disciplina CSD-2 (Geoestratégia) que busca compreender as conjunturas político-estratégicas do mundo contemporâneo.

4) AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A disciplina não será avaliada.

5) RECURSOS INSTRUCIONAIS

Os seguintes recursos instrucionais serão utilizados:

- a) computador;
- b) projetor multimídia; e
- c) quadro branco (QB).

6) REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ALMEIDA, Paulo Roberto de. Relações internacionais e política externa do Brasil. Porto Alegre, Ed. da Universidade / UFRGS, 1998.
2. ANDREAS, Peter. Blue Helmets and Black Markets: the business of survival in the siege of Sarajevo. Ithaca and Londres: Cornell University Press, 2008.
3. ARRIGHI, Giovanni. Adam Smith em Pequim - Origens e fundamentos do século XXI. São Paulo, Bomtempo, 2008.
4. ART, Robert J. America's Grand Strategy and World Politics. New York, Routledge, 2009.
5. BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. Conflito e integração na América do Sul - Brasil, Argentina e Estados Unidos - Da Tríplice Aliança ao Mercosul. Rio de Janeiro, Revan, 2003.
6. BAYLIS, John et al. Strategy in the Contemporary World. Oxford: Oxford University Press, 2013.
7. BERTAZZO, Juliana. A nova agenda internacional de segurança põe a democracia brasileira em risco? Revista Brasileira de Política Internacional. Brasília, v. 50, nº 02, p. 25-40, jul/dez, 2007.
8. BOSE, Sumantra. Bosnia After Dayton: nationalist partition and international intervention. New York: Oxford University Press, 2002.

9. BRASIL. Escola de Guerra Naval. LS - III - 001. Aspectos das Relações Internacionais no mundo contemporâneo. Rio de Janeiro.
10. BUSTELO, Pablo; SOTO, Augusto. Las relaciones entre Estados Unidos y China: asociación o competencia estratégicas? Real Instituto Elcano de Estudios Internacionales y Estratégicos. Documento de Trabajo nº 30/2003, 16/12/2003. Disponível em <www.realinstitutoelcano.org>.
11. BUZAN, Barry et al. Security: a new framework for analysis. Boulder e Londres: Lynne Rienner Publishers, 1998.
12. CARVALHO, Gustavo; VALENÇA, Marcelo M. 2014. "Soft Power, Hard Aspirations: the Shifting Role of Power in Brazilian Foreign Policy." *Brazilian Political Science Review* 8 (3), p. 66-94. doi:10.1590/1981-38212014000100021
13. CASARÕES, Guilherme. 2010. "Multilateralismo na Política Externa Brasileira (1889- 1964): um ensaio." *Revista de Economia & Relações Internacionais* 9 (17), p. 43-57.
14. _____. 2020. "The First Year of the Bolsonaro's Foreign Policy." In *Latin America and the New Global Order Dangers and Opportunities in a Multipolar World*, edited by Antonella Mori, p. 81-109. Milão: LediPublishing. doi:10.14672/55261883.
15. CERVO, Amado Luiz. Relações Internacionais da América Latina - Velhos e Novos Paradigmas. Brasília, Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2001.
16. CROCKER, Chester et Al. (eds.). *Turbulent Peace: the challenges of managing international conflict*. Washington: USIP, 2001.
17. _____. *Managing Conflict in a World Adrift*. Washington, DC: USIP, 2015.
18. DALACOURA, Katerina. *The 2011 uprisings in the Arab Middle East: political change and geopolitical implications*. *International Affairs* 88. Oxford, The Royal Institute of International Affairs, 2012.
19. DANNREUTHER, Roland. *International Security: the contemporary agenda*. Cambridge: Polity, 2007.
20. DE CAMPOS MELLO, Flavia. 2014. "Política Externa Brasileira: contextos e objetivos da diplomacia multilateral." In *Multilateralismo Nas Relações Internacionais*, ed. Elena Lazarou, p. 109-126. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
21. FREIXO, Adriano de; PEDONE, Luiz; RODRIGUES, Thiago Moreira; ALVES, Vágner Camilo (Orgs.). *A Política Externa Brasileira na Era Lula: Um balanço*. Rio de Janeiro, Apicuri, 2011.
22. FOMERAND, Jacques. 2010. "The Evolution of International Organizations as Institutional Forms and Historical Processes Since 1945: Quis Custodiet Ipsos Custodiet?." In *The International Studies Encyclopedia*, ed. Robert A Denemark, 1-19. Blackwell Publishing. doi:10.1111/b.9781444336597.2010.x
23. GONÇALVES, Williams. *A inserção do Brasil na América do Sul*. Rio de Janeiro, Oikos, Volume 10, Nº 2, 2011.
24. _____. *Relações Internacionais: um balanço teórico-histórico*. In: TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos (Org.). *O Século Sombrio - Uma História Geral do Século XX*. Rio de Janeiro, Campus, 2004.
25. GONÇALVES, Williams; MIYAMOTO, Shiguenoli. 1993. "Os Militares na Política Externa Brasileira: 1964-1984." *Estudos Históricos* 6 (12), p. 211-246.

26. GONÇALVES, Williams; SILVA, Guilherme. Dicionário de Relações Internacionais. São Paulo, Manole, 2005.
27. GOUREVITCH, Peter. Gostaríamos de Informá-lo de que Amanhã Seremos Mortos com Nossas Famílias. Rio de Janeiro: Cia de Bolso, 2006.
28. HAMANN, Eduarda Passarelli. O papel de atores internacionais na prevenção de conflitos violentos: silêncio no Kosovo, vozes na Macedônia (1989-2001). Tese (Doutorado em Relações Internacionais). Instituto de Relações Internacionais/PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2007.
29. HOLSTI, K J. 2004. Taming the Sovereigns: Institutional Change in International Politics. Cambridge: Cambridge University Press, p. 1-27.
30. HOLSTI, Ole R. 1995. Theories of International Relations and Foreign Policy: Realism and Its Challengers. In: KEGLEY JR., Charles W. Controversies in International Relations Theory - Realism and the Neoliberal Challenge. New York, St. Martin's Press.
31. HURRELL, Andrew. Pax americana ou o império da insegurança? Revista Brasileira de Política Internacional. Brasília, v. 48, n° 2, p. 30-54, jul/dez, 2005.
32. IKENBERRY, G. John (ed.). America Unrivaled: the future of the balance of power. Ithaca e Londres: Cornell University Press, 2002.
33. _____. A World of Our Making. Washington DC, Democracy Journal, Summer 2011.
34. Informe sobre el Conflicto y la Guerra de Kosovo. Madri: Ediciones del Oriente y del Mediterráneo, 1999.
35. JUBILUT, Liliana Lyra et al (eds). A ONU Aos 70: Contribuições, Desafios e Perspectivas. Boa Vista: Editora da UFRR, 2017.
36. KAGAN, Robert. Not Fade Away - The myth of American decline. Washington DC, The New Republic, January 2012.
37. KALDOR, Mary. New & Old Wars. Oxford: Polity, 2013.
38. KERN, Soeren. Cuáles son los intereses de Estados Unidos en Latino américa? Real Instituto Elcano de Estudios Internacionales y Estratégicos. ARI n°141/2005, 19/12/2005. Disponível em <www.realinstitutoelcano.org>.
39. KISSINGER, Henry. Ordem Mundial. Tradução de Cláudio Figueiredo. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.
40. _____. Sobre a China. Tradução de Cássio de Arantes Leite. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.
41. LAZAROU, Elena, ed. 2014. Multilateralismo nas Relações Internacionais. Rio de Janeiro: Campus-Elsevier, p. 3-29.
42. LIMA, Maria Regina Soares de; CASTELAN, Daniel Ricardo. Os Grandes Países Periféricos na Política Externa Brasileira. Boletim de Economia e Política Internacional. Brasília, n° 9, jan/mar, 2012.
43. MALAMUD, Carlos. Los actores extrarregionales en América Latina (I): China. Real Instituto Elcano de Estudios Internacionales y Estratégicos. ARI n°50/2007, 13/11/2007. Disponível em <www.realtinstitutoelcano.org>.
44. _____. Los actores extrarregionales en América Latina (III): as relaciones com la Unión Europea. Real Instituto Elcano de Estudios Internacionales y Estratégicos. ARI n° 8/2008, 10/01/2008. Disponível em <www.realtinstitutoelcano.org>.

45. MALAMUD, Carlos; ENCINA, Carlota Garcia. Los actores extrarregionales en América Latina (II): Irán. Real Instituto Elcano de Estudios Internacionales y Estratégicos. ARI nº124/2007, 26/11/2007. Disponível em <www.realtinstitutoelcano.org>.
46. MINGST, Karen A. Princípios de Relações Internacionais. Tradução de Cristina de Assis Serra. 6.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.
47. MINTZ, Alex; DEROUEN JR., Karl. Understanding Foreign Policy Decision Making. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.
48. MÜNKLER, Herfried. The New Wars. Cambridge: Polity, 2005.
49. NAJI, Saeid; JAWAN, Jayum A. US-Iran Relations in the post-cold war geopolitical order. Asian Social Science, v. 7, nº 9, September 2011.
50. NOGUEIRA, Arthur H V. 2015. Kôssovo - Província Ou País? Brasília: Fundação Alexandre Gusmão.
51. NYE JR., Joseph S. O paradoxo do poder americano: porque a única superpotência do mundo não pode prosseguir isolada. São Paulo, Unesp, 2002.
52. PIMENTEL, José Vicente de Sá. A edificação da agenda externa com os BRICS. Boletim de Economia e Política Internacional. Brasília, nº 9, jan/mar, 2012.
53. PINHEIRO, Leticia. 2007. Política Externa Brasileira (1889-2002). Rio de Janeiro: Editora Zahar
54. SARAIVA, Miriam Gomes. 2007. "As Estratégias de Cooperação Sul-Sul nos Marcos da Política Externa Brasileira de 1993 a 2007." Revista Brasileira de Política Internacional 50 (2), p. 42-59.
55. _____. 2010. "A Diplomacia Brasileira e as Visões sobre a Inserção Externa do Brasil: Institucionalistas Pragmáticos X Autonomistas." Mural Internacional 1 (1), p. 45-50.
56. SCHEID, Don E. (ed.). The Ethics of Armed Humanitarian Intervention. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.
57. SEITENFUS, Ricardo Antônio da Silva; ZANELLA, Cristine Koehler; MARQUES, Pâmela Marconatto. O Direito Internacional repensado em tempos de ausências e emergências: a busca de uma tradução para o princípio da não indiferença. Revista Brasileira de Política Internacional. Brasília, v. 50, nº 02, p. 7-24, jul/dez, 2007.
58. SINGER, Peter W; COLE, August. Ghost Fleet: a novel of the next world war. Canelo, 2015.
59. VALENÇA, Marcelo M; SARAIVA, Miriam Gomes. 2011. "Brasil: Potência Regional com Interesses Globais." Diálogo Político XXVIII (4), p. 99-119.
60. _____. 2016. "Política Externa Brasileira e Multilateralismo: o que esperar do novo governo." Cadernos Adenauer Ano XVII (4), p. 45-59.
61. VILLA, Rafael Duarte. Limites do ativismo venezuelano para a América do Sul. Política Externa. São Paulo, v. 16, nº 02, p. 37-49, set/out/nov, 2007.
62. VIZENTINI, Paulo Fagundes. Relações Internacionais do Brasil - De Vargas a Lula. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2003.
63. WALTZ, Kenneth N. 1979. Theory of International Politics. Long Grove: Waveland Press.
64. WILLIAMS, Paul (Org.). Security Studies: an introduction. New York: Routledge, 2008.
65. WOOLF, Leonard. International Government. New York: Brentano's, 1916, p. 139-178.
66. YASSIN-KASSAB, Robin; AL-SHAMI, Leila. Burning Country: Syrians in revolution and war. Londres: Pluto Press, 2016.
67. ZAKARIA, Fareed. O mundo pós-americano. São Paulo, Companhia das Letras, 2008.

MARINHA DO BRASIL
ESTADO-MAIOR DA ARMADA

ESCOLA DE GUERRA NAVAL	
CURSO DE POLÍTICA E ESTRATÉGIA MARÍTIMAS (C-PEM)	
DISCIPLINA: GEOPOLÍTICA E OCEANOPOLÍTICA	
CÓDIGO: III-P-4	CARGA HORÁRIA: 44 HORAS
SUMÁRIO	

1) OBJETIVO DA DISCIPLINA

Analisar diferentes temas e aspectos da Geopolítica e da Oceanopolítica, para uma visão mais ampla e sistemática dos cenários e da natureza das relações internacionais, provendo subsídios para o exame da conjuntura e concepção de estratégias no campo internacional, a partir da elaboração de um estudo sobre os oceanos e seus respectivos entornos estratégicos.

2) LISTA DE UNIDADES DE ENSINO

- 1.0 - CONCEPÇÕES GEOPOLÍTICAS.....8 HORAS**
- 1.1 - Análise Geopolítica do cenário mundial; e
- 1.2 - Método de Análise Geopolítico.
- 2.0 - OCEANOPOLÍTICA.....32 HORAS**
- 2.1 - Analisar os oceanos e seus entornos do ponto de vista geopolítico.
- 3.0 - SEMINÁRIO DE GEOPOLÍTICA DO PETRÓLEO.....4 HORAS**
- 3.1 - Evolução e panorama atual da Indústria Mundial de Petróleo.

3) DIRETRIZES ESPECÍFICAS

- a) A disciplina será conduzida por meio de preleções (P) e debates orientados (DO).
- b) Esta disciplina é complementada pela disciplina CSD-2 (Geoestratégia) que busca compreender as conjunturas político-estratégicas do mundo contemporâneo.

4) AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Será realizado um trabalho em Grupo (III-P-4-T1) e apresentação de painel seguido de Debate Orientado sobre análise oceanopolítica e seus entornos (TG/DO), referente à U.E. 2.0.

O trabalho não será avaliado.

5) RECURSOS INSTRUCIONAIS

Os seguintes recursos instrucionais serão utilizados:

- a) computador;
- b) projetor multimídia; e
- c) quadro branco (QB).

OSTENSIVO

6) REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ALMOND, Mark. O livro de ouro das revoluções: movimentos políticos que mudaram o mundo. Rio de Janeiro: Harper Collins Brasil, 2016.
2. ARON, Raymond. Paz e guerra entre as nações. Brasília: Clássicos IPRJ / Editora UNB, 2002.
3. BARBOSA JUNIOR, Ilques; MORE, Rodrigo Fernandes (Org.) Amazônia Azul: política, estratégia e direito para o oceano do Brasil. Rio de Janeiro: FEMAR, 2012.
4. BAYLIS, John et al. Strategy in the contemporary world. New York: Oxford University Press, 2002.
5. BECKER, Bertha K. Amazônia: geopolítica na virada do III milênio. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
6. BECKER, Bertha; EGLER, Cláudio A. G. Brasil: uma nova potência regional na economia-mundo. 6ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
7. BONIFACE, Pascal. La Geopolitique - les relations internationales. Paris: Editions Eyrolles, 2011.
8. BROWN, Lester R. Full Planet, Empty Plates: the new geopolitics of food scarcity. New York: W. W. Norton & Company, 2012.
9. BRZEZINSKI, Zbigniew. The grand chessboard. New York: Basic Books, 1997.
10. _____. Strategic Vision: America and the crisis of global power. New York: Basic Books, 2012.
11. CARR, E. H. Vinte anos de crise: 1919-1939. Brasília: Clássicos IPRI / Editora UNB, 2001.
12. CASTRO, Therezinha. Geopolítica - princípios, meios e fins. Rio de Janeiro: Bibliex, 1999.
13. CHAUPRADE, Aymeric. Géopolitique constantes et changements dans l'Histoire. Paris: Ellipses, 2007.
14. COHEN, Saul Bernard. Geopolitics: The geography of international relations - 3 Edition. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers Inc, 2015.
15. COSTA, Darc. Fundamentos para o estudo da estratégia nacional. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.
16. COSTA, Wanderley M. Geografia Política e Geopolítica: Discursos sobre o Território e o Poder. São Paulo: Hucitec, 1992.
17. COUTAU-BEGARIE, Hervé. Tratado de Estratégia. 5. Ed. Rio de Janeiro: Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha, 2010.
18. _____. L'Océan Globalisé: géopolitique des mers au XXI siècle. Paris: Economica, 2007.
19. _____. Géostratégie de l'Atlantique Sud. Paris: Press Universitaires, 1985.
20. COUTO E SILVA, Golbery. Geopolítica do Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981.
21. DELPECH, Thérèse. La guerre parfaite. Paris: Flammarion, 1998.
22. DIAMOND, Jared. Colapso: como as Sociedades Escolhem o Fracasso ou o Sucesso. Rio de Janeiro: Record, 2006.
23. FIORI, José Luís. O Poder global e a nova geopolítica das nações. São Paulo: Bomtempo, 2007.
24. FLINT, Colin. Introduction to geopolitics. New York: Routledge, 2006.
25. FREITAS, Jorge Manoel. A Escola geopolítica brasileira. Rio de Janeiro: Bibliex, 2004.
26. FUKUYAMA, Francis. O Fim da história e o último homem. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.
27. GRAY, Colin S. Another Bloody Century: Future Warfare. Londres: Weidenfeld & Nicholson, 2005.

OSTENSIVO

C-PEM 2023

28. GOURDIN, Patrice. Géopolitiques: manuel pratique. Paris: Choiseul Editions, 2010.
29. GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. Quinhentos anos de periferia. Porto Alegre: Editora da Universidade/Contraponto, 1999.
30. HUNTINGTON, Samuel P. O choque das civilizações e a recomposição da ordem mundial. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.
31. JUDT, Tony. O Mal ronda a terra. São Paulo: Objetiva, 2011.
32. KAPLAN, Robert. Monsoon: The Indian Ocean and the Future of American Power. New York: Random House, 2010.
33. _____. A Vingança da geografia: a construção do mundo geopolítico a partir da perspectiva geográfica. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.
34. _____. Asia's Cauldron: The South China Sea and the end of a stable pacific. New York: Random House, 2014.
35. KENNEDY, Paul. Preparando para o século XXI. Rio de Janeiro: Campus, 1993.
36. KISSINGER, Henry. Diplomacy. New York: Simon & Shuster, 1994.
37. _____. Ordem Mundial. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.
38. _____. Sobre a China. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.
39. KLARE, Michael T. The race for what's left: The global scramble for the world's last resources. New York: Picador, 2012.
40. LOROT, Pascal; THUAL, François. La Geopolitique. Paris: Montchrestien, 1997.
41. LUTTWAK, Edward. Turbocapitalismo: perdedores e ganhadores na economia globalizada. São Paulo: Nova Alexandria, 2001.
42. MAFRA, Roberto Machado de Oliveira. Geopolítica: Introdução ao Estudo. Rio de Janeiro: Sicurezza, 2006.
43. MARSHALL, Tim. Prisoners of Geography. Londres: Elliot and Thompson, 2015.
44. MATTOS, Carlos de Meira. Geopolítica e Modernidade; Geopolítica Brasileira. Rio de Janeiro: Bibliex, 2002.
45. MELLO, Leonel Itaussu Almeida. Quem tem medo da Geopolítica? São Paulo: Hucitec/Edusp, 1999.
46. MOISI, Dominique. A Geopolítica das emoções: como as culturas do Ocidente, do Oriente e da Ásia estão remodelando o mundo. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.
47. NYE, Joseph S. Cooperação e conflito nas Relações Internacionais. São Paulo: Ed. Gente, 2009.
48. _____. O Futuro do poder. Rio de Janeiro: Benvirá, 2012.
49. RAMONET, Ignácio. Geopolítica do caos. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
50. ROYER, Pierre. Géopolitique des mers et des océans. 2. Ed. Paris: Presses Universitaires de France, 2014.
51. RUFIN, Jean-Christophe. O império e os novos bárbaros. Rio de Janeiro: Record, 1991.
52. RENOUVIN, Pierre; DUROSELLE, Jean-Baptiste. Introdução à História das Relações Internacionais. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.
53. TOSTA, Octavio. Teorias geopolíticas. Rio de Janeiro: Bibliex, 1984.
54. VESENTINI, José William. Novas geopolíticas. São Paulo: Contexto, 2004.
55. WEDIN, Lars. Stratégies maritimes au XXIème siècle: l'Apport de l'Amiral Castex. Paris: Nuvis, 2015.

MARINHA DO BRASIL
ESTADO-MAIOR DA ARMADA

ESCOLA DE GUERRA NAVAL	
CURSO DE POLÍTICA E ESTRATÉGIA MARÍTIMAS (C-PEM)	
DISCIPLINA: DIREITO INTERNACIONAL	
CÓDIGO: III-P-5	CARGA HORÁRIA: 40 HORAS
SUMÁRIO	

1) OBJETIVO DA DISCIPLINA

Avaliar temáticas de *Lawfare*, *Jus ad Bellum*, Direito Internacional Humanitário, Direitos Humanos e Direito do Mare Direito Marítimo, com enfoque nos níveis de decisão político e estratégico

2) LISTA DE UNIDADES DE ENSINO**1.0 - DIREITO INTERNACIONAL E LAWFARE..... 8 HORAS**

- 1.1 - Fontes do Direito Internacional, Direito dos Tratados, *Jus Cogens*, conceitos básicos de hermenêutica jurídica;
- 1.2 - Conceito e dinâmica de *Lawfare*, *Lawfare* Instrumental, *Lawfare* em razão da disparidade quanto ao respeito ao Direito Internacional, *Lawfare* no contexto da guerra híbrida e da estratégia chinesa San Zhan; e
- 1.3 - Estudo de caso de *Lawfare*.

2.0 - JUS AD BELLUM..... 8 HORAS

- 2.1 - Conceito e origens históricas do *Jus ad Bellum*, Princípio da Separação entre *Jus in Bello* e *Jus ad Bellum*;
- 2.2 - Legítima Defesa, Guerra Preemptiva, Guerra Preventiva, doutrinas R2P e RWP, Princípio da Não-Intervenção;
- 2.3 - Repressão ao terrorismo, sob a ótica do *Jus ad bellum*; e
- 2.4 - Temas atuais de *Jus ad Bellum*.

3.0 - DIREITO INTERNACIONAL HUMANITÁRIO..... 8 HORAS

- 3.1 - Tipologia dos Conflitos Armados e aspectos conceituais do Direito Internacional Humanitário (DIH);
- 3.2 - Regime jurídico aplicável a grupos armados irregulares e *proxies*;
- 3.3 - Direito Internacional do Desarmamento e sua relação com o DIH;
- 3.4 - Privatização do conflito armado; e
- 3.5 - Temas atuais de DIH, com repercussão nos níveis político e estratégico.

4.0 - DIREITOS HUMANOS..... 8 HORAS

- 4.1 - Fundamentos, evolução e características dos direitos humanos, jusfundamentalização do Direito, princípio da vedação do retrocesso, princípio da proporcionalidade, dimensões dos direitos humanos, tipologia tripartite dos direitos humanos;

OSTENSIVO

- 4.2 - Conflito aparente entre DIH e o Direito Internacional dos Direitos Humanos (DIDH), no espectro dos conflitos armados, diferenças e semelhanças nos padrões do emprego da força relativos ao DIH e DIDH;
- 4.3 - Sistemas global, regional e nacional de proteção dos direitos humanos, Garantismo, Direito Penal do Inimigo, princípio da autodeterminação; e
- 4.4 - Temas atuais de direitos humanos, com repercussão nos níveis político e estratégico.

5.0 - DIREITO DO MAR..... 8 HORAS

- 5.1 - Conceitos básicos sobre Direito Marítimo e suas principais fontes;
- 5.2 - Aspectos jurídicos relacionados à segurança marítima e às atribuições da Autoridade Marítima, nos níveis político e estratégico; e
- 5.3 - Temas atuais do Direito do Mar e Direito Marítimo, com repercussão nos níveis político e estratégico.

3) DIRETRIZES ESPECÍFICAS

A disciplina será desenvolvida por meio de preleção (P).

4) AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A disciplina não será avaliada.

5) RECURSOS INSTRUCIONAIS

Os seguintes recursos instrucionais serão utilizados:

- a) computador;
- b) projetor multimídia; e
- c) quadro branco (QB).

6) REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ALEXY, Robert. Teoria dos direitos fundamentais. 2. ed. São Paulo: Malheiros, 2017.
2. CRUZ, Domingos José João da. África e Direitos Humanos. Jundiá: Paco Editorial, 2014.
3. APEL, Karl-Otto. Ética e Responsabilidade: o problema da passagem para a moral pós-convencional. Lisboa: Editora Instituto Piaget, 2013.
4. SHACHAR, Ayelet; BAUBÖCK, Rainer; BLOEMRAAD, Irene; and VINK, Maarten. Citizenship and Human Rights. Oxford, UK: Oxford University Press, 2017.
5. BARRETT, Jill and BARNES, Richard. Law of the Sea - UNCLOS as a Living Treaty. London, UK: British Institute of International and Comparative Law, 2016.
6. BASSIOUNI, M. Cherif. The Chicago principles on post-conflict justice. Chicago: International Human Rights Law Institute, 2008.
7. BERNASCONI, Paolo. Justice and reconciliation: an integrated approach. In BERUTO, Gian Luca (ed.): Justice and reconciliation: an integrated approach. Sanremo: International Institute of Humanitarian Law, 2006.
8. BRASIL. Constituição Federal da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Gráfica do Senado, 1988.
9. BRASIL. Decreto n° 4.388/2002. Promulga o Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional.

10. BRASIL. Decreto n° 7.030/2009. Promulga a Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados, concluída em 23 de mai. de 1969, com reserva aos Artigos 25 e 66.
11. _____. Estado-Maior da Armada. EMA 135 2ª rev. - Manual de Direito Internacional aplicado às operações navais. Brasília, 2017.
12. _____. Lei n° 2.889/1956 - Define e pune o crime de genocídio.
13. _____. Lei n° 6.880/1980 - Estatuto dos Militares (ênfase no Título II - "Das Obrigações e dos Deveres Militares" - Art. 27 ao 52).
14. _____. Lei n° 7.716/1989 - Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor.
15. _____. Lei n° 8.069/1990 - Dispõe sobre O Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.
16. _____. Lei n° 9.455/1997 - Define os crimes de tortura e dá outras providências.
17. _____. Lei n° 12.527/2011 - Acesso à informação pública.
18. _____. Lei Complementar n° 136/2010 - Altera a Lei Complementar 97/1999, e dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas (ênfase nos Art. 16° a 18°).
19. _____. Lei n° 13.445/2017. Estatuto do Estrangeiro.
20. CASTILLO, Lilian Del; CAMINOS, Hugo et KOEN, Marcelo G. Law of the sea, from Grotius to the International Tribunal for the Law of the Sea: liber amicorum Judge Hugo Caminos. Leiden, the Netherlands: Publisher Brill Nijhoff, 2015.
21. CINELLI, Carlos Frederico. Direito Internacional Humanitário. Ética e Legitimidade na Aplicação da Força em Conflitos Armados. 2. ed. revista e atualizada. Curitiba: Editora Juruá, 2015.
22. CLAPHAM, Andrew et GAETA, Paola. The Oxford Handbook of International Law in Armed Conflict. Oxford, UK: Oxford University Press, 2015.
23. COMITÊ INTERNACIONAL DA CRUZ VERMELHA. Convenções de Genebra I, II, III e IV. Genebra, 1949.
24. COMITÊ INTERNACIONAL DA CRUZ VERMELHA. Protocolos Adicionais I e II às convenções de Genebra. Genebra, 1977.
25. CRAWFORD, Emily. International Humanitarian Law. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2015.
26. DINSTEIN, Yoram. The Conduct of Hostilities under the Law of International Armed Conflict. Third edition. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2016.
27. DUARTE, Maria Luísa, LANCEIRO, Rui Tavares. O Direito Internacional e o Uso da Força no Século XXI. Lisboa: Editora AAFDL, 2018.
28. FACCIOLLI, Ângelo Fernando. Direito Internacional Humanitário. Guerras e Conflitos Armados - Volume 1. Curitiba: Editora Juruá, 2014.
29. FLECK, Dieter. The Handbook of International Humanitarian Law. Oxford, UK: Oxford University Press, 2014.
30. GAVOUNELI, Maria et all. Law of the Sea: UNCLOS as a Living Treaty. London: The British Institute of International and Comparative Law, 2016.
31. GAVOUNELI, Maria et all. Functional Jurisdiction in the Law of the Sea. Leiden, Nederland: Martinus Nijhoff Publishers, 2007.

32. GIL-BAZO, María-Teresa. Refugee protection under International Human Rights Law: maintaining the difference while enjoying equal treatment. In: IKAWA, Daniela;
33. GUILFOYLE, Douglas. Shipping Interdiction and the Law of the Sea. New York: Cambridge University Press, 2009.
34. GUILFOYLE, Douglas. Modern Piracy: legal challenges and responses. Cheltenham, UK: Edward Elgar publishing, 2013.
35. GUILFOYLE, Douglas. "Governing the oceans and dispute resolution: An evolving legal order?", in Global Governance and Regulation Order and Disorder in the 21st Century, Routledge, 2017. pp. 173 - 191
36. GUILFOYLE, Douglas. "Somali Pirate Skiff", In International Law's Objects, Oxford University Press, USA, 2018. pp. 443 - 452
37. International Institute of Humanitarian Law. Sanremo Manual on International Law Applicable to Armed Conflicts at Sea. 1994.
38. International Institute of Humanitarian Law. Sanremo Handbook on Rules of Engagement. 2009.
39. JAPIASSÚ, CARLOS Eduardo Adriano. O Direito Penal Internacional. Belo Horizonte: Del Rey, 2009.
40. JESUS, Carlos Frederico Ramon de. Direitos humanos: por que sua fundamentação moral é necessária? In: JULIBUT, Liliana Lyra & AMARAL JÚNIOR, Alberto. O STF e o direito internacional dos direitos humanos. São Paulo: Quartier Latin, 2009.
41. KITTRIE, Orde F., Lawfare: law as a weapon of war. New York: Oxford University Press, 2016.
42. KLEIN, Natalie. Dispute Settlement in the UN Convention on the Law of the Sea. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2005.
43. KOSKENNIEMI, Martti Antero et KARI, Ville Petteri. A More Elevated Patriotism: The Emergence of International and Comparative Law (Nineteenth Century). In. The Oxford Handbook of European Legal History. Heikki Pihlajamäki, Markus D. Dubber, Mark Godfrey (editors). Oxford: Oxford University Press, 2018.
44. KOSKENNIEMI M, MARTINEAU A-C. La fragmentation du droit international. In Chaos. Paris: Hermann,. 2013. p. 51-74.
45. KRASKA, James. Contemporary Maritime Piracy: International Law, Strategy, and Diplomacy at Sea. California, United States: ABC-CLIO LLC, 2011.
46. KRASKA, James. Maritime Power and the Law of the Sea: Expeditionary Operations in World Politics. New York, United States: Oxford University Press Inc, 2011.
47. KRASKA, James et PEDROZO, Raul. International maritime security law. Leiden, Nederland: Martinus Nijhoff Publishers, 2013.
48. KRASKA, James et PEDROZO, Raul. The Free Sea: The American Fight for Freedom of Navigation. Annapolis, Maryland: Naval Institute Press, 2018.
49. LUÑO, Antonio Henrique Pérez. La fundamentación de los derechos humanos. Revista de estudios políticos, n° 35, p. 7-72, 1983.
50. MELLO, Celso D. de Albuquerque. Curso de Direito Internacional Público. 2 Volumes. Rio de Janeiro: Editora Renovar, 2004.

51. MELLO, Celso D. de Albuquerque. Direitos Humanos e Conflitos Armados. Rio de Janeiro: Editora Renovar, 1996.
52. MORE, Rodrigo Fernandes et NDIAYE, Tafsir, Prospects of Evolution of the Law of the Sea, Environmental Law and the Practice of ITLOS. New Challenges and Emerging Regimes. Essays in honor of Judge Vicente Marotta Rangel. Rio de Janeiro: SAG Editoração e Serviços ME, 2018.
53. NAÇÕES UNIDAS. Carta das Nações Unidas. 1945. Disponível em:
<<https://treaties.un.org/doc/publication/ctc/uncharter.pdf>>.
54. NAÇÕES UNIDAS. Convenção Constitutiva da IMO. 1948. Disponível em:
<https://www.ccaimo.mar.mil.br/ccaimo/sites/default/files/convencao_imo_pub_imo_jb001e_0.pdf>.
55. NAÇÕES UNIDAS. Convenção das Nações Unidas sobre o direito do mar. 1982. Disponível em:
<https://www.un.org/depts/los/convention_agreements/texts/unclos/unclos_e.pdf>
e acordo de implementação da Parte XI. Disponível em:
<<https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N94/332/98/PDF/N9433298.pdf?OpenElement>>.
56. NAÇÕES UNIDAS. Declaração Universal dos Direitos Humanos 1948. Disponível em:
<<https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf>>
57. NAÇÕES UNIDAS. Estatuto da Corte Internacional de Justiça. Disponível em:
<<https://nacoesunidas.org/carta/cij/>>.
58. NAÇÕES UNIDAS. Declaração de Viena e Programa de Ação 1993 (conferência mundial sobre direitos humanos). Disponível em:
<<https://www.ohchr.org/Documents/ProfessionalInterest/vienna.pdf>>.
59. NAÇÕES UNIDAS. United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization- UNESCO. Protection of Cultural Property - Military Manual, 2016. Disponível em:
<<http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/CLT/pdf/MilitaryManuel-En.pdf>>.
60. NASCIMENTO e SILVA, G. E.; HILDEBRANDO, Accioly. Manual de Direito Internacional Público. 23. Edição. São Paulo: Editora Saraiva, 2017.
61. NORDQUIST, Myron H., KOH, Tommy T.B. et MOORE, John Norton (editors), Freedom of Seas, Passage Rights and the 1982 Law of the Sea Convention. CENTER FOR OCEANS LAW AND POLICY. Leiden, Nederland: Martinus Nijhoff Publishers, 2009.
62. ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA). Convenção Americana sobre Direitos Humanos 1969. Disponível em:
<https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/c.convencao_americana.htm>
63. CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. Caso Gomes Lund e outros vs Brasil. Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_219_por.pdf>.
64. PEREIRA, Antonio Celso Alves. Direitos humanos e terrorismo. In: GALDINO, Flávio e SARMENTO, Daniel (Org.). Direitos fundamentais: estudos em homenagem ao Prof. Ricardo Lobo Torres. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.
65. PIOVESAN, Flávia. Direitos Humanos e Justiça Internacional: um estudo comparativo dos sistemas regionais europeu, interamericano e africano. 9. ed. revisada e atual. São Paulo: Saraiva, 2019.

66. PIOVESAN, Flávia. Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional. 18. ed. revisada e atual, São Paulo: Saraiva, 2018.
67. RAMOS, André de Carvalho. Curso de Direitos Humanos - 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.
68. RAWLS, John. Uma teoria da justiça. São Paulo: Martins Fontes, 2016.
69. REZEK, J. F. Direito Internacional Público: curso elementar. 17. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2018.
70. ROTHWELL, Donald R. et al (editors) The Oxford Handbook of the Law of the Sea. Oxford, United Kingdom: Oxford University Press, 2017.
71. ROTHWELL, Donald R. et al (editors) The International Law of the Sea. 2nd Revised edition. Oxford, United Kingdom: Bloomsbury Publishing PLC. 2016.
72. ROZENSHTEIN, Alan z. (editor), Lawfare on the National Defense Authorization Acts. published on www.lawfareblog.com, 2013.
73. SAMPAIO, José Adércio Leite. Direitos humanos: retórica e historicidade. Belo Horizonte: Del Rey, Parte 2, p. 57-133, 2004.
74. SCHMITT, Michael M (editor). Thallin Manual on the International Law Applicable to Cyber Warfare: prepared by the international group of experts at the invitation of the NATO Cooperative Cyber Defence Centre of Excellence. New York: Cambridge University Press, 2013.
75. SOLIS, Gary D. The Law of the Armed Conflict: international humanitarian law in war. Second edition. New York: Cambridge University Press. 2016.
76. TANAKA, Yoshifumi. The International Law of the Sea. 2nd Revised edition. Cambridge, United Kingdom: Cambridge University Press. 2019.
77. TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. El Ejercicio De La Función Judicial Internacional: Memorias De La Corte Interamericana De Derechos Humanos. Belo Horizonte: Del Rey editora, 2018.
78. TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. Os Tribunais Internacionais e a Realização da Justiça. Belo Horizonte: Del Rey editora, 2016.
79. TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. A Humanização do Direito Internacional. Belo Horizonte: Del Rey editora, 2014.
80. VILLEY, Michel. O direito e os direitos humanos. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
81. WELLER, Marc. The Oxford Handbook of the Use of Force in International Law. Oxford, UK: Oxford University Press, 2017.

MARINHA DO BRASIL
ESTADO-MAIOR DA ARMADA

ESCOLA DE GUERRA NAVAL	
CURSO DE POLÍTICA E ESTRATÉGIA MARÍTIMAS (C-PEM)	
DISCIPLINA: TESE	
CÓDIGO: III-P-6	CARGA HORÁRIA: 426 HORAS
SUMÁRIO	

1) OBJETIVO DA DISCIPLINA

Elaborar uma tese, com suficiente valor representativo para o propósito do curso, obedecendo à metodologia estabelecida.

2) LISTA DE UNIDADES DE ENSINO

1.0 - METODOLOGIA	16 HORAS
1.1 - Aplicação da metodologia científica no processo de elaboração do Projeto de Pesquisa e da Tese.	
2.0 - PESQUISA BIBLIOGRÁFICA E REDAÇÃO.....	370 HORAS
2.1 - Projeto de Pesquisa; e	
2.2 - Tese.	
3.0 - APRESENTAÇÃO DA TESE.....	40 HORAS
3.1 - Apresentação estruturada e fundamentada da Tese.	

3) DIRETRIZES ESPECÍFICAS

A disciplina será conduzida por meio de preleção (P), pesquisa e preparação de trabalho individual (TI), sob a forma de tese e Exposição Oral (Exp) feita pelos Oficiais-Alunos na UE 3.0.

4) AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A Disciplina será avaliada por meio dos seguintes TI:

- a) III-P-6-T2 (TI) Tese; e
- b) III-P-6-T3 (TI) Apresentação Oral da Tese.

5) RECURSOS INSTRUCIONAIS

Os seguintes recursos instrucionais serão utilizados:

- a) computador;
- b) projetor multimídia; e
- c) quadro branco (QB).

6) REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. FRANÇA, Júnia Lessa; VASCONCELLOS, Ana Cristina. Manual para Normatização de Publicações Técnico-Científicas. 8. ed. Belo Horizonte: editora UFMG, 2007.
2. ECO, Umberto. Como se Faz uma Tese. São Paulo: Perspectiva, 2010.

MARINHA DO BRASIL
ESTADO-MAIOR DA ARMADA

ESCOLA DE GUERRA NAVAL	
CURSO DE POLÍTICA E ESTRATÉGIA MARÍTIMAS (C-PEM)	
DISCIPLINA: PENSAMENTO CRÍTICO	
CÓDIGO: III-P-7	CARGA HORÁRIA: 12 HORAS
SUMÁRIO	

1) OBJETIVO DA DISCIPLINA

Apresentar o conceito de Pensamento Crítico e desenvolver nos discentes o interesse pela sua utilização nas atividades profissionais. Visa, também, colaborar para o desenvolvimento de algumas competências necessárias ao assessoramento eficaz, tais como senso crítico, capacidade de análise, decisão e imparcialidade. Ao apontar as principais causas de falhas do pensamento, estimula a busca pelo autodesenvolvimento de competências voltadas à criação de uma cultura de inovação.

2) LISTA DE UNIDADES DE ENSINO**1.0 - INTRODUÇÃO AO PENSAMENTO CRÍTICO..... 4 HORAS**

1.1 - Familiarização dos OA com os conceitos básicos do pensamento crítico, da lógica formal, estrutura dos argumentos, falácias e a importância do tema nos dias atuais.

2.0 - PENSANDO CRITICAMENTE.....8 HORAS

2.1 - Apresentar as principais características do pensador crítico, conceitos de certeza, de mentalidade e as principais armadilhas do pensamento a serem evitadas. Realizar Debate Orientado sobre leitura específica do tema.

3) DIRETRIZES ESPECÍFICAS

A disciplina será conduzida por meio de preleção (P) e debate orientado (DO).

4) AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A disciplina não será avaliada.

5) RECURSOS INSTRUCIONAIS

- a) computador;
- b) projetor multimídia; e
- c) quadro branco (QB).

6) REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BURTON, Robert A. Sobre ter certeza: como a neurociência explica a convicção. São Paulo: Blucher, 2017.

OSTENSIVO

C-PEM 2023

2. CARNIELLI, /Walter A.; EPSTEIN, Richard, L. Pensamento crítico: o poder da lógica e da argumentação. Rio de Janeiro: Rideel, 2011.
3. DAMÁSIO, Antônio R. O erro de Descartes: Emoção, razão e o cérebro humano. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
4. DOBELLI, Rolf. A arte de pensar claramente: como evitar as armadilhas do pensamento e tomar as decisões de forma eficaz. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013.
5. HUFF, Darrel. Como mentir com estatísticas. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2016.
6. MACDONALD, Hector. Verdade: 13 motivos para duvidar de tudo que te dizem. Rio de Janeiro: Objetiva, 2019.
7. MARCONDES, Danilo. As armadilhas da linguagem: significado e ação para além do discurso. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.
8. MLODINOV, Leonard. Subliminar: como o inconsciente influencia nossas vidas. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
9. WALTER, Douglas N. Lógica informal: manual de argumentação crítica. São Paulo: Martins Fontes, 2012.
10. WARBURTON, Nigel. Pensamento Crítico de A a Z: uma introdução filosófica. Rio de Janeiro: José Olímpio Editora, 2011.
11. WATTS, Duncan J. Tudo é óbvio, desde que você saiba a resposta: como o senso comum nos engana. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

MARINHA DO BRASIL
ESTADO-MAIOR DA ARMADA

ESCOLA DE GUERRA NAVAL	
CURSO DE POLÍTICA E ESTRATÉGIA MARÍTIMAS (C-PEM)	
DISCIPLINA: INTELIGÊNCIA ESTRATÉGICA E OPERAÇÕES DE INFORMAÇÃO	
CÓDIGO: III-P-8	CARGA HORÁRIA: 12 HORAS
SUMÁRIO	

1) OBJETIVO DA DISCIPLINA

Apresentar os conceitos referentes à Atividade de Inteligência e as Operações de Informação, no Nível Estratégico, como ferramenta de assessoramento a tomada de decisões e elaboração de análise da conjuntura.

2) LISTA DE UNIDADES DE ENSINO**1.0 - CONCEITOS DA INTELIGÊNCIA ESTRATÉGICA PARA O PLANEJAMENTO DE LONGO**

PRAZO..... 4 HORAS

1.1 - Apresentar os conceitos da Inteligência Estratégica para o planejamento de longo prazo.

2.0 - O PAPEL DA INTELIGÊNCIA ESTRATÉGICA NO PLANEJAMENTO DE LONGO

PRAZO..... 4 HORAS

2.1 - Apresentar aspectos relevantes sobre o Sistema de Inteligência da MB;
2.2 - Apresentar aspectos relevantes da conjuntura nacional; e
2.3 - Apresentar aspectos relevantes da conjuntura internacional.

3.0 - CONCEITOS DE OPERAÇÕES DE INFORMAÇÃO APLICADOS AO NÍVEL

ESTRATÉGICO..... 4 HORAS

3.1- Apresentar os conceitos das Operações de Informação aplicados ao nível estratégico.

3) DIRETRIZES ESPECÍFICAS

- a) A Unidade de Ensino 1.0 será conduzida por meio de preleção (P) de instrutor da EGN.
- b) A Unidade de Ensino 2.0 será conduzida por meio de palestra (Pa) do Diretor do Centro de Inteligência da Marinha ou seu representante.
- c) A Unidade de Ensino 3.0 será conduzida por meio de preleção (P) de instrutor da EGN.

4) AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A disciplina não será avaliada, por ser suporte as Unidades de Ensino 2.0, 3.0 e 4.0 da Disciplina III-P-2 - Estratégia.

OSTENSIVO

5) RECURSOS INSTRUCIONAIS

- a) computador;
- b) projetor multimídia; e
- c) quadro branco (QB).

6) REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BRASIL. Estado-Maior da Armada. EMA-352. Princípios e Conceitos da Atividade de Inteligência. 2ª Rev. Brasília, 2022.
2. _____. _____. EMA-335: Doutrina de Operações de Informação. Brasília, 2016.
3. _____. Ministério da Defesa. MD30-M-01: Doutrina de Operações Conjuntas: Conceitos Doutrinários, 1º Volume. 2. ed. Brasília, 2020.
4. _____. _____. MD30-M-01: Doutrina de Operações Conjuntas: Planejamento, 2º Volume. 2. ed. Brasília, 2020.

MARINHA DO BRASIL
ESTADO-MAIOR DA ARMADA

ESCOLA DE GUERRA NAVAL	
CURSO DE POLÍTICA E ESTRATÉGIA MARÍTIMA (C-PEM)	
DISCIPLINA: ENSAIO	
CÓDIGO: III-P-9	CARGA HORÁRIA: 52 HORAS
SUMÁRIO	

1) OBJETIVO GERAL DA DISCIPLINA

Capacitar os alunos a produzir textos ensaísticos de caráter diagnóstico, prognóstico ou prescritivo (ou qualquer combinação desses) dentro de temas selecionados pela EGN e que considere as experiências individuais de vida e carreira.

2) LISTA DE UNIDADES DE ENSINO

- 1.0 - O ESQUEMA GERAL DO CONHECIMENTO 3 HORAS**
- 1.1 - Distinção entre conhecimento e opinião;
 - 1.2 - A qualificação da opinião;
 - 1.3 - Tipos de opinião; e
 - 1.4 - A opinião e o Ensaio.
- 2.0 - A ESTRUTURAÇÃO DO PENSAMENTO 5 HORAS**
- 2.1 - Do incômodo até a Tese;
 - 2.2 - Possibilidades de estruturação do argumento.
 - 2.3 - Semântica; e
 - 2.4 - Pontuação
- 3.0 - O PARÁGRAFO 3 HORAS**
- 3.1 - Organização das ideias;
 - 3.2 - Qualidade do parágrafo;
 - 3.3 - Tipos de parágrafo;
 - 3.4 - Tamanho do parágrafo;
 - 3.5 - Ligação dos parágrafos; e
 - 3.6 - Revisão do parágrafo.
- 4.0 - O TEXTO 1 HORA**
- 4.1 - Arquitetura do texto;
 - 4.2 - Engenharia do texto; e
 - 4.3 - Redação.
- 5.0 - PRODUÇÃO 40 HORAS**

OSTENSIVO

3) DIRETRIZES ESPECÍFICAS

Na UE 5, após o término das unidades de conteúdo, os alunos produzirão um texto ensaístico com a extensão variando em ter 10 e 15 laudas de elementos textuais, de acordo com as Instruções para o Trabalho. Não haverá orientação para essa atividade. Os Instrutores, dentro das respectivas áreas de atuação, estarão disponíveis para apoiar os alunos na concepção e elaboração dos textos.

4) AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A avaliação será efetuada por meio da correção do texto ensaístico produzido por cada aluno.

5) RECURSOS INSTRUCIONAIS

- a) Recursos de multimídia; e
- b) Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).

6) REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Manual de redação da Presidência da República. 3. ed., revisada, atualizada e ampliada. Brasília: Presidência da República, 2018. 189 p. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/centrodeestudos/assuntos/manual-de-redacao-da-presidencia-da-republica/manual-de-redacao.pdf> (LO).
2. Gramática - qualquer da língua portuguesa, desde que não seja adaptada para uso em ensino fundamental (LC).
3. FIGUEIREDO, Luiz Carlos. A redação pelo parágrafo. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999. 127 p. (LC).
4. LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: Atlas, 2003. 5. ed. (LC).
5. MOTTA-ROTH, Désirée; HENDGES, Graciela, H. Produção textual na universidade. São Paulo: Parábola Editorial, 2010 (LC).
6. VOLPATO, Gilson Luiz. Método lógico para redação científica. Botucatu: Best Writing, 2011. 320 p. (LC).

**SUMÁRIOS DA DISCIPLINA****CENTRO DE JOGOS DE GUERRA
(CJG)****TABELA DE CORRELAÇÃO DA DISCIPLINA COM AS ÁREAS DE CONHECIMENTO SOB A
RESPONSABILIDADE DA EGN**

ÁREA DE CONHECIMENTO	CÓDIGO DA DISCIPLINA	NOME DA DISCIPLINA
JOGOS DE GUERRA E CRISE	JC-P-1	JOGO DE CRISE

**MARINHA DO BRASIL
ESTADO-MAIOR DA ARMADA**

ESCOLA DE GUERRA NAVAL	
CURSO DE POLÍTICA E ESTRATÉGIA MARÍTIMAS (C-PEM)	
DISCIPLINA: JOGO DE CRISE	
CÓDIGO: JC-P-1	CARGA HORÁRIA: 24 HORAS
SUMÁRIO	

1) OBJETIVO DA DISCIPLINA

Aplicação dos conceitos do processo decisório para os OA, no Jogo de Crise, conduzido na modalidade seminário, no nível de decisão político-estratégico.

2) LISTA DE UNIDADES DE ENSINO

1.0 - JOGO DE CRISE 24 HORAS

3) DIRETRIZES ESPECÍFICAS

- a) A disciplina será conduzida por meio de um Jogo de Crise.
- b) Participarão do Jogo os Alunos do C-EEM.

4) AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A disciplina não será avaliada.

5) RECURSOS INSTRUCIONAIS

- a) computador;
- b) projetor multimídia; e
- c) quadro branco (QB).

6) REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BRASIL. Marinha do Brasil. Escola de Guerra Naval. EGN-181 - Jogos de Guerra. Rio de Janeiro, 2018.
2. _____. Estado-Maior da Armada. EMA-321 - Manual de Estratégia e Manobra de Crises Internacionais. Brasília, 2002. (Reservado).

MARCELLO LIMA DE OLIVEIRA
Capitão de Mar e Guerra (Ref°)
Assessor do Superintendente de Ensino

ASSINADO DIGITALMENTE